

DIÁRIO DE NOTÍCIAS

DIRECTOR INTERINO:
SILVIO L. F. SILVA

Sábado, 2 de Outubro de 1976
ANO 100.—N.º 33 290—Preço: 6\$00
Independente

Propriedade da Empresa do «Diário de Notícias», Lda.—Administração, Redacção e Oficinas: Rua «a Aifândega», 8—Telegramas «Noticias»—C. P. 41—Telex: 20051/32—Telex 72161—FUNCHAL

POSSE DO I GOVERNO REGIONAL



Pelo Governo social-democrata, falou o respectivo presidente, eng. Ornelas Camacho. A'ém do ministro da República e dos novos secretários regionais, em lugar de destaque estavam ainda o presidente da Assembleia Regional, o líder do grupo parlamentar e o secretário-geral do PPD, dr. Sá Carneiro (à esquerda).

UM MARCO NOTÁVEL NA ENCRUZILHADA HISTÓRICA DA AUTONOMIA PARA O EXERCÍCIO DA DEMOCRACIA POLÍTICA

«Esta cerimónia constitui um marco notável que ficará a assinalar a encruzilhada da História em que o povo da região da Madeira passa a ser governado pelos seus representantes escolhidos de acordo com a vontade do povo» — afirmou ontem o coronel Lino Miguel, ministro da República na Madeira, após a assinatura dos termos de posse que conferiu aos membros do I Governo Regional.

Formado pelo Partido Popular Democrático, maioritário nas eleições regionais, este Governo é — como salientaria o seu presidente no discurso — o primeiro saído dumas eleições livres, cinco séculos depois da descoberta da Madeira.

Com este acto, passam a funcionar os dois órgãos do Governo próprio desta Região, num regime político-administrativo que se fundamenta nos condicionamentos geográficos, económicos e sociais e na histórica aspiração autonomista manifestada pela população local. Como refere a Constituição da República Portuguesa, a Autonomia de que agora dispõe o nosso arquipélago visa a participação democrática dos cidadãos, o desenvolvimento económico-social e a promoção e defesa dos interesses regionais, bem como o reforço da unidade nacional e dos laços de solidariedade entre todos os portugueses — tónicas das palavras proferidas no salão nobre do Palácio de São Lourenço, ontem repleto de pessoas ligadas aos vários sectores da actividade local, numa presença que expressa bem a importância atribuída ao acto.

A cerimónia assistiram o presidente da Assembleia Regional, dr. Emanuel Rodrigues, o comandante-chefe das Forças Armadas nesta Região, o representante do Bispo da Diocese, D. Francisco Santana, o secretário-geral do Partido Popular Democrático, dr. Sá Carneiro, deputados à Assembleia da República e à Assembleia Regional, magistrados da Comarca, comandantes das unidades militares, oficiais das Forças Armadas, para além dos membros da Junta Governativa da Madeira que cessou as

suas funções.

Constituído por seis secretários, o novo Governo é presidido pelo eng. Ornelas Camacho, sendo responsáveis pelos seis pelouros o dr. José António Camacho (Planeamento, Finanças e Comércio), eng. Manuel Gonçalves Alegria (Agricultura, Indústria e Pescas), Manuel Bazenga Marques (Trabalho), eng. Gonçalo Nuno Araújo (Equipamento Social, Transportes e Comunicações), dra. Margarida Neves da Costa (Educação e Cultura) e dr. Jorge Nélío Mendonça (Assuntos Sociais e Saúde).

MINISTRO LINO MIGUEL A AUTONOMIA DESTA REGIÃO CONTRIBUIRÁ PARA O ENGRANDECIMENTO E UNIDADE DA PÁTRIA

Após o juramento e a assinatura dos termos de posse, o Ministro da República na Madeira, coronel Lino Miguel, dirigiu-se aos novos governantes nos seguintes termos:

«Acabam V. Exas. de assumir as responsabilidades inerentes ao Governo da Região Autónoma da Madeira. Se uma cerimónia de posse não é já por si um acto ba-

nal, a que acaba de ter lugar assume um significado extraordinariamente relevante.

Esta cerimónia constitui um marco notável que ficará a assinalar a encruzilhada da história em que o povo da Região da Madeira passa a ser governado pelos seus representantes escolhidos de acordo com a vontade do povo.

E a concretização dos legítimos anseios do povo madeirense.

(Continua na 5.ª página)

PRESIDENTE ORNELAS CAMACHO OS NOSSOS PROPÓSITOS: DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO, CRESCENTE AUTONOMIA E JUSTIÇA SOCIAL

Seguidamente interveio o eng. Ornelas Camacho, várias vezes interrompido pelos aplausos dos presentes. O presidente do novo Governo no seu discurso apresentou alguns pontos do programa que o seu gabinete procurará desenvolver e concretizar nou-

tra oportunidade. As autoridades e público que assistiam à cerimónia, cisse:

«Finalmente, quinhentos e cinquenta anos após a Descoberta, a Madeira tem o seu primeiro Governo eleito. Deixemos o íntimo de cada um vi-

(Continua na 5.ª página)

ENG. JAIME ORNELAS CAMACHO (Presidente do Governo)

Engenheiro civil de profissão, tem 55 anos de idade e até agora desempenhou as funções de engenheiro civil na CAAHM, engenheiro civil na Junta Geral do Funchal em assistência técnica aos municípios rurais e chefe de secção de hidráulica, direcção técnica na construção dos aeroportos de Porto Santo e Funchal ao serviço da empresa empreiteira construtora e director técnico da firma «João Augusto de Sousa».

Pertenceu, desde início



da fundação, à Comissão Política Distrital do PPD e integrou a Junta Governativa, agora

DR. JOSÉ ANTÓNIO CAMACHO (Planeamento, Finanças e Comércio)

Nasceu em Abril de 1946. Formado em Económicas, foi deputado à Assembleia Constituinte, deputado à Assembleia da República, funcionário da Direcção de Finanças, membro da Comissão Liquidatória dos Industriais de Bordados. Integrou a Comissão Permanente do Grupo Parlamentar do PPD na Assembleia Constituinte. É um dos primeiros filiados do PPD na Madeira. Fez parte de diversos gabinetes de estudos económicos quer do PPD quer da Assembleia.



Foi membro da Comissão Permanente do Grupo Parlamentar do PPD em Lisboa.

ENG. MANUEL GONÇALVES ALEGRIA (Agricultura, Indústria e Pescas)

56 anos. Natural da Calheta. Curso no Liceu Jaime Moniz do Funchal e licenciou-se em Engenharia Electrónica. Cumprido o serviço militar, ingressou no quadro dos engenheiros dos Serviços de Portos, Caminhos de Ferro e Transportes do Ultramar, fixando residência em Angola em 1946, onde permaneceu continuamente naqueles Serviços em Angola, até o seu regresso a Portugal em Outubro de 1975.



Luanda, em 1975.

Foi engenheiro-director daquele quadro, director do Gabinete de Estudos e director dos Serviços.

Licenciou-se em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade de

Desempenhou ainda cumulativamente o cargo de chefe de uma das missões especiais do Projecto Mineiro de Cassinga e ainda, a de presidente do Conselho de Administração do Montepio Ferroviário de Angola.

MANUEL JORGE BAZENGA MARQUES (Trabalho)

Presentemente empregado bancário, nasceu há 37 anos.



Foi topógrafo no Instituto Geográfico Cadastral do Funchal, professor do Ensino Secundário na Escola Industrial e Comercial do Funchal, ex-delegado sindical dos Bancários e candidato a deputado à Assembleia Regional pelo Concelho do Funchal.

ENG. GONÇALO NUNO MALHEIRO ARAÚJO (Equipamento Social, Transportes e Comunicações)

Nascido em Dezembro de 1931, trabalhou até agora na função pública. É hoje na Madeira o principal responsável pelo Fundo de Fomento da Habitação.



Tem colaborado com o Gabinete de Urbanização da Câmara Municipal do Funchal e em projectos de habitação social.

DRA. MARGARIDA NEVES DA COSTA (Educação e Cultura)

Professora do Ensino Secundário Técnico, licenciada em Filologia Germânica, tem 40 anos. Lecionou em vários estabelecimentos no Continente. Na Escola Industrial e Comercial do Funchal, desempenhou as funções de assistente pedagógica, directora dos Cursos Comerciais e adjunta da Direcção em 1976.



Titular do «Certificate of Proficiency in English», da Universidade de Cambridge, integrou, ainda, o seminário «Personal Development and Professional Enrichment», organizado pelos

Serviços Culturais da Embaixada dos EUA em Lisboa. Não é filiada no Partido Popular Democrático.

DR. JORGE NÉLIO MENDONÇA (Assuntos Sociais e Saúde)

Como médico, trabalhou na Maternidade «Aifredo da Costa», foi assistente no Instituto Português de Oncologia, subdelegado do Instituto Maternal do Funchal, médico especialista no Hospital da Misericórdia do Funchal, médico especialista do Hospital Distrital do Funchal, membro da Comissão Instaladora do Centro Hospitalar do Funchal, presidente da Assembleia Médica do Distrito do Funchal.



Deixou agora de ser deputado à Assembleia Regional.



O ministro Lino Miguel (em cima) proferindo o seu discurso, seguido atentamente pelo público (em baixo).

TEATRO MUNICIPAL
Ritmo de Aventura
A 7. ALVORADA

CINE-PARQUE
Aventuras amorosas
SEXO A JACTO
Duas estrelas de acção
Na PISTA da DROGA — e —
MATAM EM SILENCIO

SEXO A JACTO
A 7. ALVORADA

MATAM J47
em SILENCIO — e —
A 7. ALVORADA

BRASIL
TARIFA ESPECIAL
ESG. 23.325.00

Visitando:
RIO, S. PAULO, BRASÍLIA,
B. HORIZONTE, SALVADOR E RECIFE

Contacte a VARIG ou o seu Agente

Cooperativa Agrícola do Funchal
AVISO

Comunica-se a todos os Senhores Viticultores que entregaram uvas aos mochos a esta Cooperativa, na presente campanha, até ao dia 30 de Setembro findo, que os mesmos se encontram em pagamento na sede desta Associação, sita à Rua do Carmo n.º 7, do Funchal, das 9h às 12h e das 14h às 16h 30, a partir do próximo dia 4 do corrente, inclusive.

Funchal, 1 de Outubro de 1976
A Comissão Administrativa

LEILÃO

Hoje, sábado, pelas 5 horas da tarde, no Salão de Exposição Ferrolho, à Estrada da Boa Nova, dar-se-á início a um leilão de grande variedade de móveis e mais adornos, conforme foi feita discriminação nos jornais de ontem.

Salão de Exposição Ferrolho
Estrada da Boa Nova — Telefone 32876

HOJE, 2 ESTRELAS NO CINE PARQUE

NAS MALHAS DA CORRUPÇÃO!
NA PISTA DA DROGA
(De Istambul a Nova-York)

MATAM EM SILENCIO

ERA FÁCIL SABER QUEM MATAVA, MAS DIFÍCIL DESCOBRIR QUEM MANDAVA MATAR!

2 ESTRELAS DE GRANDE ACÇÃO E AVENTURAS!

00.30 — MATAM EM SILENCIO

CÂMARA MUNICIPAL DO FUNCHAL
EDITAL

ABASTECIMENTO DE AGUA AO MOLHE DA PONTINHA

Faz-se público que, na reunião que se realiza no dia 4 de Novembro do ano corrente, proceder-se-á à abertura das propostas para a obra em epígrafe.

A base de licitação é de 3.194.200\$000.
O depósito provisório é de 79.855\$000.

A este concurso podem ser admitidos concorrentes que estejam inscritos como empreiteiros de Obras públicas na 2.ª subcategoria da 1.ª categoria estabelecidas pelo regulamento do Decreto-Lei n.º 40.623 de 30 de Maio de 1956 e na classe que cubra o valor da proposta.

As propostas deverão ser entregues até às 14 horas do dia do concurso.

O programa do concurso, caderno de encargos e projecto respectivo, encontram-se depositados em todos os interessados, todos os dias úteis, durante as horas normais de expediente, na Secretaria e Repartição de Obras Municipais.

Funchal e Paços do Concelho, aos 30 de Setembro de 1976

O VICE PRESIDENTE DA COMISSÃO ADMINISTRATIVA

Aurêlio Gonçalves Canha

SINDICATO DOS EMPREGADOS DE ESCRITÓRIO E CAIXEIROS DO DISTRITO DO FUNCHAL

NOTA INFORMATIVA

Damos conhecimento a todos os profissionais representados por este organismo de que o dia 5 de Outubro, Terça-feira, à tarde, obrigatório imposto pelo decreto-lei 713-A/75, devendo os estabelecimentos comerciais e industriais procederem ao seu encerramento.

Funchal, 30 de Setembro de 1976

A DIRECÇÃO

PUBLICIDADE
Sindicato dos Profissionais de Enfermagem do Distrito do Funchal

Nos termos do Artigo 33.º alínea b) dos Estatutos, convoco a Assembleia Geral deste Sindicato para uma reunião a realizar-se no dia 16 do mês de Outubro em curso, pelas 20 horas, na Sala da Biblioteca do Hospital Distrital do Funchal, com a seguinte ordem de trabalhos:

Informações:

Estudo do Projecto dos Estatutos da União dos Sindicatos da Madeira e Estudo do Projecto de Estruturação das Carreiras de Enfermagem.

Funchal, 1 de Outubro de 1976.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA GERAL
Avelino da Costa Ferreira

SNOOPY
REC. CRIANÇA, JOVEM
A BOUTIQUE DOS SEUS FILHOS
CENTRO COMERCIAL DE S. PEDRO
R. 2.ª F.ª F.ª

CINE SANTA MARIA
Telefone 33 900

HOJE, AS 15.00 — 18.00 — 21.15 HORAS

15 anos depois de "O sal da terra"
HERBERT BIBERMAN regressa com a obra-prima

escravos
"SLAVES"

Para os escravos a conquista não acabou...
Para os senhores a dor não acabou a dor!

com Stephen Boyd, Dionne Warwick, Ossie Davis

CONSUMA

CARNES ENLATADAS — Hakke Beef
ALMONDONS ENLATADAS — Beef Meat Balls
Da marca Norueguesa Stabburst-Norma
A venda nos Supermercados e em todos os estabelecimentos de categoria.

Importador: JOAO MIMOSO ARAGAO FIGUEIRA DE FREITAS, Lda. — Rua dos Murças, 4-3 — Funchal

LEILÃO

Realiza-se amanhã, pelas 10 horas, na sede da Agência de Leilões Nunes, à Rua dos Ferreiros, 159, de diverso mobiliário e adornos dos quais se destaca o seguinte:

4 mobílias de quarto de dormir, modernas, sendo uma em madeira de nogueira, outra forrada a fórmica e duas em madeira, todas de bom fabrico; 3 mobílias de sala, forradas a tecido e a napa, sendo uma c/ sofá-cama aparadores estilizados e outros; cama em vinílico para casal c/ colunas altas; 2 pianos, sendo um de gabinete e outro de mesa cauda; roupeiros estilizados; armários-fracasqueira séc. XVII em castanho; escrivaninha em vinílico c/ pequeno acado, estilo inglês; mesas estilizadas c/ pés torneados; móvel elementar, próprio para TV, rádio e frangeiras; máquinas para discos marca ROCKOLA, em estado de novas; conjunto de jardim em ferro; bonitos candeeiros de suspensão e de mesa em latão; cómoda pequena, para sala; curso de alemão c/ cassetes, livros e computador; amplificador de som; pick-up c/ 2 colunas; diversos aparelhos de rádio; máquinas para escrever, calcular e de contabilidade; relógio de sala c/ estatuetas em latão; cadeiras de mesa de cabeceira; sofá em pele; mapas desmuntados; cama para doente, de articulação dupla em estado de nova; divã e colchão de articulação; grande lote de peças para rádio e TV, entre elas resistências, bobinas, etc.; grifos, grifos, fogões a gás e eléctricos; esquentadores a gás e eléctricos; cadeiras e brinquedos para bebé; suavizante de ar; diversas peças em latão; batenteiras eléctricas; máquina para sumo c/ 2 recipientes, própria para estabelecimento; 6 cadeiras em mogno, estilo inglês; outras 6, estilo francês; cadeira de prever; televisão SCHAUB, em estado de nova; carpetes; tapetes lado de cama; colchoaria de molas; rádio c/ leitor de cassetes; camas de casal e de pessoa; cântaros c/ flores e grande diversidade de artigos de difícil discriminação, os quais se encontram expostos, hoje, nas horas de expediente.

AGÊNCIA DE LEILÕES NUNES
Rua dos Ferreiros, 159 — Telefone 22650

BOLETIM DIARIO

PROGRAMA PARA HOJE

16h30—Abertura e Os jovens rebeldes
17h00—Culinária 76
17h45—Fungos da bicharada
18h20—Cinema de animação
18h45—Da saúde e da vida
19h45—Dentro do espaço e do tempo
20h00—Gente do amanhã
20h30—Telejornal
21h00—Aconteceu, aconteceu...
21h15—Martinho da Vila no Algarve
21h30—Documentário — A China de um homem só
22h05—Fecho

Philips - faz parte da sua vida

cinema

CINE PARQUE
18h00—Sexo a jacto
21h00—Na pista da droga e Matam em silêncio

TEATRO MUNICIPAL
14h00—Ritmo de aventura e A 7.ª alvorada
17h30—Sexo a jacto e A 7.ª alvorada
21h00—Matam em silêncio e A 7.ª alvorada

CINE JARDIM
18h00—Os anjos da guarda
20h45—Nana, o filho da selva e O homem com Raios X nos olhos

JOAO JARDIM
13h45—17h30—21h15—As noites de decadência e Sex porno

CINE SANTA MARIA
15h00—18h00—21h15—Os escravos

cruz vermelha

HORARIO DO POSTO DE SOCORROS

De 2.ª a 5.ª feira: Abertura às 8 horas, encerramento às 20 horas.
Sábado: das 13 horas às 19 horas (DURANTE OS MESES DE JULHO, AGOSTO E SETEMBRO) as rotativas começam das 8 horas às 19 horas.
Domingo: das 9 horas às 14 horas.

porto

NAVIOS ESPERADOS

OUTUBRO

2—Blenheim — Las Palmas-Londres
3—Carnar Adventure — P.Rico-Roterdão

4—Michail Kalinin — Arrecife-Londres
5—Gorgulho — Lisboa —
6—Black Watch — Londres-Lanzarote
7—Cabo Bojador — N. Europa-C. Verde
8—Cabo Bojador — N. Europa-C. Verde
9—Gorgulho — Vigo-Las Palmas
10—Gorgulho — Lisboa —
11—Punta S. Lourenço — Lisboa —
12—Cuberra — Tenerife-South
13—Punta S. Lourenço — Lisboa —
14—Plavia — Lisboa-La Guayra
15—Punta S. Lourenço — Lisboa —
16—Blenheim — Las Palmas-Londres
17—Michail Kalinin — Málaga-Lisboa
18—Black Watch — Londres-Lanzarote
19—Gorgulho — Lisboa —
20—Cuberra — South-Lisboa
21—Punta S. Lourenço — Lisboa —
22—Gorgulho — Tâncor-Naouas
23—Funchalense — Lisboa —
24—Cabo Bojador — N. Europa-Londres
25—Punta S. Lourenço — Lisboa —
26—Blenheim — Londres - Lanzarote
27—Blenheim — Lisboa —
28—Michail Kalinin — Cadix-Arrecife
29—Cuberra — Tenerife-Gibraltar
30—Madreiros — Lisboa —
31—Punta S. Lourenço — Lisboa —
32—Blenheim — Las Palmas-Londres
33—Royal Viking Star — Gib.-F. Land.

T A P — Regional

SETEMBRO

QUARTAS-FEIRAS

De Porto Santo — TP140—09.00(090)
De Porto Santo — TP141—09.55(090)

QUINTAS-FEIRAS

De Porto Santo — TP145—19.15(090)
De Porto Santo — TP146—20.10(090)

SEXTAS-FEIRAS

De Porto Santo — TP149—09.00(090)
De Porto Santo — TP149—10.15(090)
De Porto Santo — TP144—16.45(090)
De Porto Santo — TP146—18.00(090)
De Porto Santo — TP141—09.55(090)
De Porto Santo — TP141—09.55(090)
De Porto Santo — TP140—11.10(090)
De Porto Santo — TP140—17.40(090)
De Porto Santo — TP140—15.40(090)
De Porto Santo — TP140—20.10(090)

aeroporto

Horário dos T A P

SETEMBRO

SEGUNDAS-FEIRAS

Para Lisboa — TP160—07.15
TP162—10.00
TP164—14.45
(até 28/9/76)

De Lisboa — TP168—19.15
TP161—09.15
TP163—14.00
(até 28/9/76)

TERÇAS-FEIRAS

Para Lisboa — TP169—07.15
TP162—10.00
TP164—14.45
(até 28/9/76)

Para Las Palmas — TP175—19.20
Para Ponta Delgada — TP180—07.50
De Lisboa — TP161—09.15
TP163—14.00
(até 28/9/76)

QUARTAS-FEIRAS

Para Lisboa/Bruxelas — TP420—07.15
Para Lisboa — TP179—09.45
TP182—10.00
TP161—09.15
TP163—14.00
(até 28/9/76)

Para Porto Santo — TP425—19.15
De Lisboa — TP161—09.15
TP163—14.00
(até 28/9/76)

Para Bruxelas/Lisboa — TP435—18.35
Para Lisboa — TP169—20.35
Para Las Palmas — TP180—09.00
Para Ponta Delgada — TP183—18.45

QUINTAS-FEIRAS

Para Lisboa — TP160—07.15
TP162—10.00
TP164—14.45
(até 28/9/76)

Para Ponta Delgada — TP180—07.50
De Lisboa — TP161—09.15
TP163—14.00
(até 28/9/76)

De Porto Santo — TP160—07.40

câmbios

NOTAS

Compra Venda

África do Sul 25850 30850
Alemanha Ocid. 12965 13345
Austria 1375 1385
Bélgica 5779 5829
Canadá 31330 33330
Dinamarca 5825 5860
Espanha 8448 8548
E. U. A. 30540 32340
França 30390 32390
Finlândia 8800 8850
Holanda 6825 6875
Inglaterra 51325 55325
Itália 8032 8042
Japão 5097 5127
Noruega 5580 5820
Suécia 7820 7870
Suíça 12660 13840
Venezuela 6870 7870

Barra rina 125840—126870
L. R. Isabel 1300800—1500800
L. R. Vitória 1330800—1380800
L. Reis 1330800—1380800
1/2 L. R. Vitória 1250800—1500800
1/2 L. Reis 1250800—1500800

CHEQUES

Londres 51584.9 52540.9
Nova Iorque 31803.1 31825.9
Amsterdão 12810.32 12819.32
Bruxelas 882.545 883.119
Copenhague 5828.14 5832.12
Estocolmo 7828.01 7833.11
Francfort 12875.22 12883.30
Helsínquia 8805.17 8811.07
Madrid 845.724 846.134
Oslo 5883.40 5887.65
Ovava 31593 32515
Paris 6827.07 6832.11
Pretória 35877.9 36810.1
Roma 803.5730 803.6128
Tóquio 810.8147 810.9005
Viena 1879.43 1880.55
Zurique 12871.42 12878.40

notícias pessoais

ANIVERSARIOS
Fazem hoje anos às aras: D. Idalina dos Anjos Henriques da Costa; D. Cristina Costa Campos; D. Maria Matilde de Freitas Camacho; D. Maria dos Anjos Figueira Jardim; D. Maria Rosário J. Veloso; D. Branca Dolores Teixeira da Silva; D. Maria Cecília Nunes Caldeira; D. Glória Maria Teresa Cunha Pereira; Miss Edith Wilkinson; D. Simone Edith Fabricio Matos Ferreira; D. Maria Cecília Caldeira Mendonça e D. Bernardete Rosário Pinto da Silva.
A menina: Ivone dos Anjos Marote Sousa.
E os avs.: Reginald S. Saunders, Duarte Teives Henriques, João Luciano Gonçalves W. de Gouveia, Armando Marques Ferreira e Jaime Ivo da Silva.

observação meteorológica

FUNCHAL: 25.0 18.8 1.8
ARIEIRO: 15.5 6.1 3.4
PORTO SANTO: 26.9 19.7 0

Em igual dia do ano passado no Funchal: 25.0 (máxima) e 15.8 (mínima).

Evolução do tempo no Funchal:
Céu de muito nublado a coberto, com 3 horas de sol descoberto, vento fraco, aguaceiros, descida de temperatura.

Evolução do tempo no Arieiro:
Céu de nublado a coberto, vento fraco a moderado de Norte, chuva e nevoeiro, descida de temperatura.

Pressão atmosférica ao N.M.M.
As 21 horas: 1016.5 mb.

PRESSÃO
Períodos de céu muito nublado, vento moderado de Norte, aguaceiros pouco frequentes, visibilidade fraca, mar de pequena vaga, ondulação fraca de Nordeste.

tabela das mares

Dias Preia-mares Baixa-mares

1 9.30 22.16 3.16 16.05
2 10.34 23.09 4.24 17.00

DOCUMENTO RASGADO
Torn Document

O P.P.D. NÃO CONTROLA NENHUM ÓRGÃO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

AFIRMOU ONTEM O DR. SÁ CARNEIRO DURANTE A CONFERÊNCIA DE IMPRENSA NA SEDE LOCAL DAQUELE PARTIDO

Realizou-se ontem, à tarde, na sede local do Partido Popular Democrático, uma conferência de imprensa, durante a qual o Secretário Geral do P.P.D., dr. Sá Carneiro, usou da palavra para dar a conhecer alguns parâmetros da vida política portuguesa na actualidade e a linha de pensamento do seu partido nesse âmbito, sendo a sua oração incidente no problema da regionalização da Madeira, que analisou sob vários ângulos.

Na sala via-se o presidente e vários membros do Governo Regional empoados naquele dia, que o dr. Sá Carneiro considerou de «data histórica», embora a seguir, o governo venha iniciar as suas funções numa situação difícil, como salientou.

Vários dirigentes regionais do P.P.D. marcaram presença no local, juntando-se aos jornalistas da Madeira colegas representantes de órgãos de comunicação social do continente e estrangeiros.

Sá Carneiro referiu-se à «grave crise» que houve em Portugal, a crise que o Primeiro Ministro, ao apresentar o programa do P.S. na Assembleia da República definiu como «uma crise de identidade nacional».

O Senhor Presidente do Governo disse hoje no seu discurso, e muito bem, que a autonomia só seria verdadeira se tivesse bases financeiras. E que seria uma autonomia crescente. Tenho dito já, muitas vezes, que a autonomia não pode ser entendida como fixada para todo o sempre. A autonomia deve ser progressiva. Isto

é adaptada às condições de evolução dos povos da Madeira e dos Açores, de maneira a garantir a tradução do respeito pela sua liberdade. Não pode ver-se aí qualquer talve de separatismo. O separatismo é um fenómeno que eu sempre tenho sustentado que existiu do Continente em relação aos Arquipélagos e não de Arquipélagos em relação ao Continente. A autonomia progressiva, conciliante, fundamentada nas leis, na Constituição e demais leis é, para mim, para o P.P.D. e para a grande maioria de nós para todos os madeirenses, a melhor forma de preservar a unidade Nacional. Por isso, não queremos nem aceitarmos, a repetição de quaisquer esquemas que reproduzam aquilo que foi o falhanço da experiência portuguesa com as antigas colónias.

Não pode admitir-se que qualquer Governo da República encare as ilhas como sucedâneo das antigas colónias. Não pode ter-se uma perspectiva colonialista em relação à autonomia dos Açores e da Madeira. «Respeitem os nossos direitos que não esqueceremos os nossos deveres», disse hoje o Presidente do Governo no seu discurso. Esta é a verdadeira visão da autonomia integrada no todo Nacional. E se o Governo da República estiver — nós esperamos que esteja — sempre disposto a cumprir esta sua obrigação e a trazer em actos as suas boas



Mo decorrer da conferência de imprensa. Ao centro, vemos o dr. Sá Carneiro, secretário-geral do PPD, tendo à sua direita o dr. Alberto João Jardim, líder parlamentar, e dr. Henrique Pontes Leça, deputado à Assembleia da República pelo PPD; e à esquerda o eng. Jaime de Ornelas Camacho, chefe do Govern. no local, e António Gil Inácio da Silva, deputado à Assembleia Regional.

A IMPRENSA PORTUGUESA

No período de diálogo, inquirimos Sá Carneiro, sobre o momentoso panorama da imprensa portuguesa:

D. N. — Gostaria de saber o que é que o P. P. D. pensa, actualmente, da imprensa estatizada e, dum modo geral, do panorama da imprensa portuguesa antes e depois do 25 de Novembro?

meio de obter a adesão emocional das pessoas, dirigida às emoções, dirigida aos instintos e não à inteligência das pessoas, poderíamos ter o ressurgimento daquilo que foi o secretariado da informação e propaganda de Salazar, com António Ferro. Esse é um risco, e é por isso que o P. P. D. propôs na Assembleia, pela minha boca, que a orientação dos órgãos de C. S. dependentes do Estado (pagos, portanto) com o dinheiro de todos os portugueses) não ficasse dependente do Governo mas de uma instituição parlamentar ou inter-parlamentar, que tivesse representantes eleitos pelo povo português, representantes dos trabalhadores da informação, representantes dos utentes do povo português. A isso o Primeiro Ministro respondeu que a proposta seria estudada. Mas os órgãos de Comunicação Social continuam dependentes do Governo e continuam a apresentar alguns problemas.

DOIS ANOS PSEUDO-REVOLUCIONARIOS

A propósito do Secretário - Geral do P. P. D. denunciaria:

Penosamente entendemos não há qualquer crise de identidade Nacional, só haverá crise de identidade Nacional para quem, como o dr. Franco Nogueira, passa que Portugal não tinha raio de existir como nação independente sem as colónias. Nós entendemos que Portugal, reduzido à expressão Continental e Inlar europeia, não atravessa pêssego facto uma crise de identidade Nacional. Será, e deverá continuar a ser, a Nação independente e foi com oito séculos de História, a mais velha nação independente da Europa, com as suas fronteiras actuais. Mas há, etivamente uma dramática crise Nacional, não de identidade Nacional mas uma crise Nacional. A crise é, simultaneamente, poba, económica e social.

Depois da derrubada regime autoritário e autocrático Portugal viveu, nestes dois anos de desvario que levaram destruição de boa parte das estruturas económicas, soci e culturais. E é o resultado de dois anos pseudo-revolucionários que estamos neste momento a pagar, para além de outros acumulados nos cinquenta anos de regime autoritário. Disses pseudo-revolucionários porque enteeque uma verdadeira revolução não faz à custa da destruição estruturas nacionais, mas, ao contrário, para melhor avaliação das estruturas nacionais.

Em 1926, e depois em 30, com Salazar, ouvimos e seque a Revolução continuou enquanto houver um português não. Infelizmente depois 25 de Abril, ouvimos pelas semelhanças, pregando, nome de modelos estrangeiros «evolução permanente».

Felizmente isso, a nível militar, com o 25 de dezembro. E o 25 de Abril, no 21 Novembro encontrou de novo expressão democrática desenvolvimento que sempre o devia ter; democrática e não sósta nem militarista, O P. P. D. Digna disse e sempre teve consciência disto, que não há deméias militares.

Acerca do Governoregional, a determinada altura Carneiro discorreria:

«O respeito pela atomia impõe a regionalização funções das instituições governamentais. É evidente que não é um dia para outro que se possa a regionalização de todos serviços, de todas as instituições. Mas esse é o objectivo nacional. O Governo da República deverá apoiar, como obrigatório Govern. Regional. Falo em nome da República e não do Constitucional porque o Gov. Regional é tão constituído como o Governo da República. Portanto, quando se fala de Governo constitucional nós três: o da República, um órgão dos Açores e um da R. da Ma-

S. C. — Pois pode-me algo de bastante difícil que, creio, como homem de imprensa reconhecerei, que é extremamente árduo definir a situação da imprensa portuguesa, antes e depois do 25 de Novembro. Dar-lhe — si a minha opinião pessoal.

Creio que no processo revolucionário que se seguiu ao 25 de Abril, determinadas forças, aproveitaram de resto uma experiência recente — a do Chile — verificaram que não poderiam ter o controle do processo revolucionário se não controlassem a imprensa e as Forças Armadas. E foi assim que minorias ligadas ao Partido Comunista instrumentalizaram minorias militares e controlaram a imprensa que foi praticamente toda nacionalizada após o 25 de Abril.

A fase de perigo da ditadura comunista só foi possível later com a acção do povo português, visto que minorias anti-democráticas controlavam praticamente toda a economia, Sindicatos, a Imprensa, e até as forças dirigentes, embora minoritárias das Forças Armadas. Com o 25 de Novembro o processo foi restituído à sua linha democrática e daí algumas alterações não apenas na Imprensa, mas nos órgãos de Comunicação Social, como antes haviam sido esses órgãos que haviam sido instrumentalizados.

Não podemos esquecer que Portugal é um País que tem uma percentagem de analfabetismo, superior a 30% e com hábitos de leitura muito reduzidos, fora das grandes cidades. Em que portanto, no todo do País, desempenha um papel muito mais importante do que a imprensa escrita a Rádio e a Televisão, também instrumentalizadas.

No 25 de Novembro iniciou-se um movimento para repor os órgãos de Comunicação Social ao serviço da Democracia, ou seja: para lhes dar um contexto pluralista. Isso não se conseguiu totalmente. Por um lado, a meu ver, porque o 25 de Novembro não foi levado às suas consequências.

Não podemos esquecer que no dia 26 de Novembro, um membro do Conselho da Revolução, na altura Ministro dos Negócios Estrangeiros, veio defender que o Partido Comunista Português era essencial para a evolução do processo democrático em Portugal. E, portanto, a própria restituição dos órgãos de Comunicação Social à sua função pluralista e democrática não foi levada a bom termo, não foi levada até as suas consequências.

Hoje, creio que a evolução para uma concepção democrática dos órgãos de Comunicação Social se convivia. O perigo pode ser outro; o perigo pode ser a de que estando dependentes dum Governo monopartidário e minoritário, eles sejam postos não ao serviço da informação mas ao serviço da propaganda. Ou, seja: concebida a propaganda como um

meio de obter a adesão emocional das pessoas, dirigida às emoções, dirigida aos instintos e não à inteligência das pessoas, poderíamos ter o ressurgimento daquilo que foi o secretariado da informação e propaganda de Salazar, com António Ferro. Esse é um risco, e é por isso que o P. P. D. propôs na Assembleia, pela minha boca, que a orientação dos órgãos de C. S. dependentes do Estado (pagos, portanto) com o dinheiro de todos os portugueses) não ficasse dependente do Governo mas de uma instituição parlamentar ou inter-parlamentar, que tivesse representantes eleitos pelo povo português, representantes dos trabalhadores da informação, representantes dos utentes do povo português. A isso o Primeiro Ministro respondeu que a proposta seria estudada. Mas os órgãos de Comunicação Social continuam dependentes do Governo e continuam a apresentar alguns problemas.

Creio que no processo revolucionário que se seguiu ao 25 de Abril, determinadas forças, aproveitaram de resto uma experiência recente — a do Chile — verificaram que não poderiam ter o controle do processo revolucionário se não controlassem a imprensa e as Forças Armadas. E foi assim que minorias ligadas ao Partido Comunista instrumentalizaram minorias militares e controlaram a imprensa que foi praticamente toda nacionalizada após o 25 de Abril.

A imprensa é largamente deficiária, como se sabe, custa centenas de milhares de contos ou mesmo um milhão de contos por ano ao nosso País. Deve estar não ao serviço de uma ideologia, nem dum Governo, nem dum partido, mas ao serviço de todo o Povo.

Depois do período geronivista (até antes) apareceram alguns órgãos de imprensa não estatizados. Creemos que para respeito da liberdade de imprensa isso é fundamental.

A imprensa não deve ser monopólio do Estado. Deve haver oportunidade de existência de órgãos de informação privados, sujeitos às Leis Nacionais do País, mas com independência de acção. Liberdade de crítica, de fiscalização, é função da imprensa e dos demais órgãos de C. S. E não nos podemos esquecer que no mundo moderno a Democracia não é apenas o respeito pela esfera privada do indivíduo. Há liberdade verdadeira quando, para além do respeito pela esfera privada do indivíduo as pessoas têm oportunidade de expressar as suas opiniões políticas. A coisa pública é, no mundo moderno, o verdadeiro teste para a existência duma liberdade real. E, no momento actual, a intervenção na coisa pública passa muito pela Imprensa, como o provam de resto casos exemplares; falo apenas do caso Watergate, nos Estados Unidos.

D. N. — Se me permitia, completava a minha anterior pergunta com outra, desta vez melindrosa:

O P. P. D. controlou ou controla algum jornal em Portugal?

S. C. — Controlou e controla. O P. P. D. controlou e controla o órgão do Partido chamado «Povo Livre», publicação semanal.

A parte desse, não controlou nem controla qualquer órgão de Informação Social.

palavras, não haverá problemas entre o Governo Socialista da República e o Governo social-democrata das regiões dos Açores e da Madeira.

Até porque, como eu disse na Assembleia da República, nós, sociais-democratas temos plena consciência de que a luta entre socialistas e sociais-democratas sempre conduziu à ditadura. Seja da direita (como na Alemanha de Hitler), seja de esquerda (como na Checoslováquia). Apesar das diferenças, os socialistas e

os sociais democratas, bem como os demais partidos democráticos, nos quais, como é evidente, não incho o Partido Comunista Português, têm o dever histórico de cooperar para consolição da Democracia.

O dr. Sá Carneiro referir-se-ia ao colapso económico que o País atravessa, criticou a conjuntura política actual, focou as relações Governo da República — Governo Regional, a posição do seu partido quanto às eleições para as au-

tarquias locais, ao apoio de Técnicos do Gabinete de Estudos do P. P. D. aos Governos Insulares, ao divórcio do mesmo partido de estratégias internacionais. Referiu exemplos, em vários países, quanto à aplicação social-democrata e respondeu a várias perguntas de jornalistas presentes.

A uma formulada por D. N. sobre se havia dissidências no P. P. D. (a nível nacional e regional), o Dr Sá Carneiro respondeu não parecer haver razões para tal.

CONSELHO DE MINISTROS REVOGOU A LEI DA UNICIDADE SINDICAL

LISBOA, 1 — O Conselho de Ministros aprovou ontem vários disposições legais relativas ao sector do trabalho, conforme se pode constatar da leitura do comunicado final que transcrevemos:

«Após duas reuniões plenárias em que foi analisada e discutida a situação actual da problemática do trabalho — da qual, em grande parte, depende a recuperação económica nacional — o Conselho de Ministros, reunido em 30 de Setembro, resolveu:

1. Aprovar uma série de decretos-leis e de propostas de lei, a apresentar à Assembleia da República, reguladores das relações e condições de trabalho com incidência directa nas medidas económicas em curso e com o objectivo de permitir o reequilíbrio financeiro e social das empresas.
2. Caracterizar e definir factos graves, verificados mediante averiguação sumária, que constituem justa causa de despedimento imediato, tais como:
 - Recusa injustificada do cumprimento de ordens emanadas de autoridade legítima;
 - lesão física do património das empresas;
 - faltas injustificadas e repetidas com consequências graves para a empresa;
 - exercício de violências físicas, de sequestro de pessoas ou de retenção de bens.
3. Revogar a chamada lei da unicidade sindical (De-Lei n.º 215-A, de 30 de Abril de 1975, e de artigos 9.º, 11.º e 12.º do Dec.º-Lei n.º 215-B da mesma data).
4. Instituir um controlo estrito das ausências por doença, criando instrumentos legais para punir os trabalhadores que prestem declarações falsas, bem como, os médicos e os enfermeiros que de algum modo possibilitem as fraudes.
5. Reduzir o número de horas extraordinárias por trabalhador, as quais não poderão ir além de 10 por cento do total, salvo casos excepcionais autorizados por despacho conjunto dos ministros do Trabalho e da Tutela.
6. Consagrar medidas legais por forma a que os afastamentos de trabalhadores de empresas sejam apreciados pelos Tribunais de Trabalho em processo expedido e não pelo ministro do Trabalho, como até ao presente.
7. Reestruturar, a curto prazo, os Tribunais de Trabalho, com vista à sua eficácia e rapidez de decisão, e bem assim a Inspeção Geral de Trabalho e as Comis-

sões de Conciliação e Julgamento.

8. Propor à Assembleia da República medidas legislativas relativas ao estatuto jurídico das empresas em autogestão e das cooperativas, originadas por abandono dos padrões ou por ocupação dos trabalhadores, de forma a regularizar juridicamente as situações pendentes.
9. Suspender, até à entrada em vigor do estatuto referido no número anterior, e em qualquer caso por prazo não superior a noventa dias, o direito de intentar acções de reivindicação ou de res-

nos, ao seu pagamento diurno e nocturno, condições de segurança, ao condicionalismo clínico e de higiene desse mesmo trabalho e ainda no que respeita ao seu carácter eventual.

13. Definir regras imperativas para a celebração do contrato a prazo, possibilitando a existência de quadros de trabalhadores eventuais, designadamente nas empresas de construção civil e afins.
14. Regularizar a participação das comissões de trabalhadores na elaboração e na execução dos contratos-programa.

cupação e a manutenção dos postos de trabalho.

17. Limitar o quantitativo a atingir pelas remunerações complementares em relação ao vencimento - base, por forma a que o acréscimo não seja superior a 50 por cento do salário e o total não ultrapasse em caso algum o vencimento máximo nacional.
18. Proibir que sejam negociados benefícios complementares da Previdência nas convenções colectivas de trabalho.
19. Estabelecer um horário de trabalho nacional que permita o desfazimento de horários por sectores de actividade e que fixe limites semanais compreendidos entre as 40 e as 45 horas.
20. Pôr em funcionamento, até 15 de Outubro próximo o Conselho Nacional de Rendimentos e Preços.
21. Criar uma comissão internacional permanente (trabalho, plano, assuntos sociais e administração interna) para se pronunciar sobre assuntos referentes à contratação colectiva.

OUTRAS DECISÕES DO CONSELHO DE MINISTROS:

- Definidos novos motivos de justa causa de despedimento imediato
- Controlo estrito das ausências por doença
- Redução a 10 por cento as horas extraordinárias
- Suspensão por 90 dias (no máximo) do direito dos proprietários intencarem acções em caso de empresas geridas por trabalhadores
- Criação de regras que legalizam o trabalho eventual (a prazo)
- Autonomia de contratação colectiva dos sectores público e nacionalizado
- Suspensão (caso a caso) das convenções colectivas nas empresas intervencionadas, ou com aval do Estado
- Instituição de um horário nacional de trabalho de 40 a 45 horas semanais

ATÉ AO FIM DO MÊS O GOVERNO APRESENTARÁ A ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA PROPOSTAS DE LEI SOBRE:

- Controlo de gestão
- Direito à greve
- Associação sindical

ATÉ AO FIM DO ANO «A QUADRA DO NATAL SERÁ UMA BOA ALTURA» ALTERAÇÃO DOS HORÁRIOS DO COMÉRCIO

Em declarações prestadas aos órgãos de Comunicação Social, antes de iniciado o Conselho de Ministros, o ministro do Comércio António Barreto afirmou que até ao final do ano serão tomadas medidas quanto a alteração do horário do comércio. E especificou: «Creio que durante a quadra de Natal será uma boa altura para iniciar os novos horários».

O ministro do Trabalho, por sua vez declarou sobre o mesmo assunto que tinha de se encerrar a questão para além do horário de abertura dos estabelecimentos — a que estão ligados os problemas dos transportes, da administração pública, dos trabalhadores da função pública e, depois, dos trabalhadores da banca, seguros e comércio.

«O problema de diferentes horários de abertura tem que se ligar com as necessidades de transportes. E nesse sentido que se faz a revisão, e não apenas para pôr ou tirar os sábados», acrescentou Marcelo Curto, embora concluindo que é possível que haja necessidade de dizer aos trabalhadores do comércio que os estabelecimentos devem estar abertos aos sábados».

O Conselho de Ministros que se reuniu para analisar sobretudo, questões ligadas ao sector do trabalho, tinha na agenda, como temas principais, situação económica da Previdência e o estatuto das empresas públicas.

Ministro Lino Miguel A AUTONOMIA DESTA REGIÃO CONTRIBUIRÁ PARA O ENGRADECIMENTO E UNIDADE DA PÁTRIA

(Continuação da 1.ª página)

É a certeza de que a autonomia desta parcela de Portugal, contribuirá para o engrandecimento e unidade da nossa Pátria.

Assim, a autonomia passa das palavras aos actos.

O passado recente da vida política portuguesa caracterizou-se pela luta partidária para a aquisição do poder.

Esta fase está ultrapassada, trata-se agora de construir uma nova vida colectiva, onde não há lugar para divisionismos mas sim para o diálogo e cooperação.

A participação democrática dos cidadãos na resolução dos problemas

No quadro da participação democrática dos cidadãos na resolução dos problemas da governação da região autónoma da Madeira tem agora o seu Governo Regional constituído de acordo com a vontade do povo.

Ficam assim criadas as condições para o exercício da democracia política. Mas não podemos ignorar que esta é apenas o abrir da porta que permitirá o acesso à democracia social, económica e cultural, para que se consiga a igualdade de oportunidade para todos os cidadãos e para que as condições de vida digna e acesso à cultura deixem de ser privilégio de alguns para passar a ser condição de todos.

A vivência democrática que estamos concretizando, responde aos legítimos desejos do povo madeirense que deixa de ficar sujeito a soluções, umas estudadas para problemas diferentes dos seus, outras desajustadas da realidade local por terem sido encontradas por pessoas semo conhecedoras dessa realidade, acabando assim com motivo de desentendimento através da reclusão dos problemas específicos da região por um governo próprio.

São soberanamente conhecidos

das as elevadas qualidades e méritos de V. Exas., e, assim estamos todos certos de que sempre saberão encontrar as melhores soluções para os inúmeros problemas que terão que enfrentar, na defesa dos interesses madeirenses e de Portugal.

A nova estrutura político-administrativa

Completada a nova estrutura político-administrativa terá ela necessariamente que se dotaria de um mecanismo de funcionamento regional e simples, que lhe permita ser eficaz na resposta às necessidades regionais integradas no contexto nacional.

Temos já algumas leis básicas que estabelecem os fundamentos em que irá assentar a estrutura político-administrativa da região, mas, torna-se necessária e urgente a reforma legislativa nos diferentes sectores adoptando normas correctas e eficazes que não tenham apenas o destino de ficar nas páginas das publicações oficiais.

Se as leis forem defensoras dos princípios democráticos, dentro do espírito da constituição, e harmonizarem os interesses de toda a colectividade, procurando sempre o desenvolvimento social e económico da região, não permitindo injustiças sociais, certamente que será o Governo a necessária autoridade para as aplicar.

Estamos certos de que nunca lhe faltará essa autoridade e que sempre actuará na perfeita legalidade democrática.

Acompanhando a reforma das leis, impõe-se a revisão e redistribuição de funções, assim como dar a administração regional os instrumentos de acção necessários, que lhe permitam assumir as responsabilidades que lhe vão ser exigidas.

Por outro lado, os órgãos da administração evitem para servir o povo, e por isso de verão deixar de o sacrificar com penosas e por vezes ridi-

culas burocracias.

Pesa sobre V. Exas., a responsabilidade de governar o povo madeirense, que tão bem conhece.

Uma acção realista e digna sem querelas partidárias

Não aceitará naturalmente este povo que o seu governo se envolva em querelas partidárias que paralise a sua acção, nem aceitará desfalecimentos ou derrotismos que levem ao imobilismo.

Acceptará, por certo, os justos sacrifícios que lhe forem pedidos, mas em todos os momentos terá que lhe ser dada a certeza de que o seu governo desenvolve uma acção realista e digna, com empenho permanente e directo na resolução dos problemas com que se debate.

Dentro dos princípios de autonomia consagrados na constituição é reservada ao Ministro da República uma competência específica, sem interferência na acção do Governo Regional.

Desnecessário se torna lembrar o respeito que nos merece este princípio. Mas, todo este processo de regionalização que agora se inicia, irá reclamar, certamente o apoio e colaboração dos Serviços Centrais do Estado. E por isso considero-me ao lado de V. Exas. para aceitar estruturas, para apoiar o apoio do Governo Central, que através do Senhor Primeiro Ministro tem mostrado o melhor espírito de colaboração, enfim para tudo o que nos contribua para o Avizo da missão do Governo Regional.

Na certeza de que, pela prática da democracia política e na efectivação da autonomia encontraremos resposta aos anseios do povo da Região Autónoma da Madeira no caminho para uma «cidade mais justa e mais próspera» na defesa dos interesses regionais bem como no reforço da unidade nacional e das laços de solidariedade entre todos os portugueses. Por um Portugal unido e renascido.

Presidente Ornelas Camacho Os nossos propósitos: Desenvolvimento da Região, crescente autonomia e justiça social

(Continuação da 1.ª página)

brar as cordas de uma mercida e justa emoção, respeitando-a.

Sabemos a grandeza do momento. Mas acima de tudo sentimos a sua responsabilidade. E não a poderemos atrair.

O que foi o passado de luta do Partido Popular Democrático, os dois anos e meio de esforços e riscos dramáticos, tudo isso fica para trás. Não percam tempo com recordações. O Partido Popular Democrático está descansado perante o julgamento do Povo e da História.

Falemos, sim, do presente e do futuro. Da obrigação de, também daqui a quatro anos, sairmos do novo com a consciência tranquila perante o mesmo julgamento do Povo e da História.

Um partido ao serviço do novo

Não vamos pôr a governação ao serviço de um Partido. Vamos pôr um Partido ao serviço de um Povo. Povo que é soberano neste Arquipélago. Arquipélago que finalmente começa a ser seu. Povo que viveu até agora sujeito a misérias e explorações.

Misérias e explorações de parte daqueles que, do lado de lá do mar, tinham por ve-

zós a ignorância como suporte de decisões que prejudicaram esta terra.

Misérias e explorações daqueles que, do lado de cá do mar, fizeram da injustiça social um trunfo para manutenção de privilégios. Privilégios esses que, vimos-lo hoje aqui dizer, devem acabar definitivamente.

Desenvolvimento da Região, crescente autonomia e justiça social. Síntese que define, em linha muito gerais, os nossos propósitos.

Para isto se criou o Partido Popular Democrático na Madeira. Não terá direito a continuar a existir, se não trouxer três grandes propósitos.

Não vimos prometer milagres.

Circunstâncias que repudiamos, lançaram o País numa das maiores crises da sua História. Vamos nos próximos tempos sofrer na carne as respectivas consequências. E isto tem de ser dito aqui, para que não alimentemos ilusões sobre os momentos que iremos atravessar.

Res'a nos trabalhar. Não mais se poderá consentir que, quem deveria trabalhar, seja impedido de o fazer por aqueles que alijaram as suas responsabilidades de cidadãos.

defendem uma política de Terra queimada. Será a altura dos Sindicatos assumirem as suas autênticas responsabilidades, dignificando-se.

Será a altura do Patronato compreender que não toleraremos qualquer sabotagem no irreversível caminho para uma maior justiça social.

Trabalho — meio de realização e dignificação da pessoa humana

O Trabalho, meio de realização e dignificação da Pessoa Humana, será o elemento de termos em conta. Mas não poderá demitir-se das responsabilidades que lhe cabem neste momento.

O investimento criador de novos postos de trabalho, produtor do progresso económico e criador de riqueza, será devidamente amparado. Não mais devemos admitir ocupações selvagens ou intervenções abusivas em sectores que cabem à iniciativa privada. O poder político deve para um investimento consistente na Região Autónoma da Madeira e procurar garantir, por todos os meios ao seu alcance, o rigoroso cumprimento da lei.

Numa Região praticamente

dependente das remessas do exterior, do Turismo e da importação de capitais, a indisciplina cívica, a ser consentida, pode representar a fome, a miséria, a decadência e uma catástrofe para o Povo do Arquipélago da Madeira. E não pode o Povo apenas aguardar como que um paternalismo do Governo Regional. Cada um de nós, no seu posto de trabalho, na sua oficina, na sua rua, em cada lugar público, está desde agora mobilizado para esta campanha de consciencialização cívica.

Da socialização da medicina à falsa cultura

A reestruturação dos serviços de saúde procurará, finalmente, que a palavra «socialização» ultrapasse a fase de artifício demagógico. A educação tem de fazer dos nossos filhos, verdadeiros Homens do Amanhã. Competentes e com espírito de trabalho. Com uma formação cívica que faça deles seguro e feliz aperfeiçoamento da nossa Democracia. Os Pais têm de ter a liberdade de propiciar aos seus filhos a educação que julguem mais adequada. Não será tolerada a indisciplina nos estabelecimentos de ensino oficiais. Não serão tolerados os professores que não ensinam nem os alunos que não querem estudar. Deverão acabar, na nossa Região, quaisquer veleidades de fazer do ensino um instrumento de propaganda partidária, totalitária e anti-democrática, junto da nossa Juventude. A juventude é o que de mais precioso temos, e será defendida. Esperamos, também, que todos saibam compreender a juventude, sabendo ser jovens, independentemente das respectivas idades.

A liberdade só é possível na paz e no progresso. Todos teremos de ser militantes activos contra as minorias que ameaçam a Democracia.

Imprensa estalizada — espelhar pluralismo de maiorias e minorias

Daqui solicito aos meios de comunicação social a crítica mais severa possível. Por isso, tenho também o direito de exigir que essa crítica seja rigorosamente justa e construtiva.

E desde já afirmo que tudo faremos no sentido de impedir que os meios de comunicação social estalizados continuem a veicular agressões aos mais sagrados e respeitáveis sentimentos do Povo. Cabe-lhe espelhar pluralismo de maiorias e minorias.

Cabe-lhe respeitar o contributo que os sustenta.

É tempo de a Região avançar no sentido de uma correcta autonomia financeira, pois, sem esta, não poderemos falar da verdadeira autonomia.

O retorno ao comércio exterior, através de importações ou exportações directas, não poderá ser travado desde que daí resultem reais benefícios para os Madeirenses. E manda a realidade que não percamos de vista o novo efectivo do comércio e médio comércio na economia da Região. Na agricultura irá travar-se uma das batalhas mais duras e decisivas. Aqui não podemos falhar. O Homem Rural é cada vez mais vítima da demagogia que

Unificar a produção

Revitalizar a produção e a actividade da cidade à custa do campo, incentivar a cooperação, reordenar a produção, fazer com que quem trabalha a terra seja o principal beneficiário desta, purificar os circuitos para valorização do preço ao produtor e disciplina do preço ao consumidor. Revitalizar as pescas e assegurar o efectivo domínio da Região sobre os mares que são nossos, sobre riqueza que é nossa. Considerar as indústrias possíveis, fazendo-as instrumento de um correcto programa económico.

Racionalizar os transportes. A ampliação do Aeroporto de Funchal, prevista no programa do Governo Central, deve merecer a nossa maior atenção no sentido de detectar quaisquer estrangulamentos que possam surgir. Neste momento, por estar em todo a nossa sobrevivência, não podemos deixar de nos preocuparmos com a habitação, impõe-se com grande importância para que o mais depressa que for possível, to-

dos possam ter onde viver decentemente.

Da socialização da medicina à falsa cultura

A reestruturação dos serviços de saúde procurará, finalmente, que a palavra «socialização» ultrapasse a fase de artifício demagógico. A educação tem de fazer dos nossos filhos, verdadeiros Homens do Amanhã. Competentes e com espírito de trabalho. Com uma formação cívica que faça deles seguro e feliz aperfeiçoamento da nossa Democracia. Os Pais têm de ter a liberdade de propiciar aos seus filhos a educação que julguem mais adequada. Não será tolerada a indisciplina nos estabelecimentos de ensino oficiais. Não serão tolerados os professores que não ensinam nem os alunos que não querem estudar. Deverão acabar, na nossa Região, quaisquer veleidades de fazer do ensino um instrumento de propaganda partidária, totalitária e anti-democrática, junto da nossa Juventude. A juventude é o que de mais precioso temos, e será defendida. Esperamos, também, que todos saibam compreender a juventude, sabendo ser jovens, independentemente das respectivas idades.

Cultura, sim, mas ao serviço do Povo. Nunca instrumentalização de um Povo ao serviço de uma falsa cultura.

Quero aqui fazer uma especial referência ao Porto Santo. Estando em execução o projecto para a construção do seu porto de abrigo, procuraremos proceder a um estudo exaustivo do crónico problema da água, que por sua vez condicionará uma correcta revisão do actual Plano de Ideias.

Senhor Ministro da República: apenas foram aqui afiorados os tópicos e pertinentes referências a alguns dos muitos problemas que assobram a Região da Madeira. Quando o Governo Regional apresentar o seu Programa, procuraremos desenvolver ideias e acertar processos.

Contamos também com a colaboração do Governo Central que Vossa Excelência representa, como Ele poderá, contar com a colaboração do Governo Regional.

Que o Governo respeite a autonomia

E porque Vossa Excelência veio para esta terra, disposto a ser mais um Madeirense nas fileiras da nossa batalha, ao transmitir os nossos propósitos ao Governo Central, digamos que esperamos dele o maior respeito pela Autonomia da Madeira, esta por sua vez apenas compreendida, se for crescente. Respeitem os nossos direitos, que não nos esqueceremos dos nossos deveres.

De resto, contamos consigo, Senhor Ministro.

Senhor Presidente da Assembleia Regional: na sua pessoa dizemos a todos os representantes do Povo da Madeira, que apreciamos e necessitamos da sua actividade. Trate-se da Oposição. Trate-se do Partido Governamental.

Meus Senhores: há um enorme desafio à nossa frente. Todos juntos vamos ao Trabalho e que Deus nos ajude.

PORTUGAL EM REUNIÕES FINANCEIRAS INTERNACIONAIS

LISBOA, 1 — A fim de participar nos trabalhos da assembleia geral do Banco Mundial encontra-se em Manila uma delegação oficial portuguesa chefiada pelo secretário de Estado do Tesouro, dr. Palmeiro Ribeiro.

A fim dessa delegação, que inclui, entre outros especialistas, o dr. João Salgueiro, do Banco de Pimento, deslocou-se também à capital filipina uma outra do Banco de Portugal que toma parte na reunião do Fundo Monetário Internacional.

Os representantes portugueses aproveitarão a sua presença na mesma capital para contactos com financeiros estrangeiros ali presentes por motivo dos citados encontros internacionais.

Foi anunciado que a Fundação Gulbenkian e o Fudo Marshall na Alemanha Federal vão promover uma reunião internacional em Lisboa de 11 a 13 do mês corrente, dedicada a problemas da economia portuguesa. A respectiva comissão executiva integra diversos técnicos nacionais e estrangeiros fundando entre os primeiros o dr. João Cravinho, do Ministério da Indústria e Tecnologia, o dr. Silva Lopes, governador do Banco de Portugal, e o prof. Carlos Alves, director do Serviço de Investimentos daquela Fundação.

NO VISOR

DESPACHO N.º 1 DO GOVERNO PARA «DIÁRIO DE NOTÍCIAS»

REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

Excm. Senhor Director do «DIÁRIO DE NOTÍCIAS» Rua da Alfândega, 8-12

PRESEAL

1/10/76

Encarrega-se Sua Excelência o Presidente do Governo da Região Autónoma da Madeira de encargar a V. Exa. que por seu despacho de hoje, dia 1 de Outubro, aprovou o Regulamento do «Grande Concurso Gravuras Antigas da Madeira» (Trajes e Costumes do Século XIX) que esse Diário pretende organizar em comemoração do seu primeiro centénario, que ocorre a 11 deste mês, o Regulamento de que foi recebido um original e uma cópia conjuntamente com a v/carta desta mesma data.

Com os melhores cumprimentos

Chefe de secção de expediente do Secretariado de Justiça Geral.

João Gonçalves de Barros Júnior

A aprovação do regulamento do «Grande Concurso Gravuras Antigas da Madeira» com que este diário pretende assinalar o seu primeiro centénario, foi objecto do despacho n.º 1 do novo Governo Regional do Arquipélago.

Coincidência interessante e também facto documentativo de que os novos governantes pretendem actuar com rapidez.

Para além disso, um pormenor histórico a juntar a muitos outros que fazem parte da história deste jornal centenário.

nacional

MÁRIO SOARES NO BRASIL

LISBOA, 1 — O Primeiro-Ministro português deverá visitar o Brasil de 23 a 28 de Novembro próximo. Os pormenores e a data definitiva da viagem serão acordados entre o ministro das Relações Exteriores brasileiro e o ministro português dos Negócios Estrangeiros, durante um encontro que terão em Nova Iorque, aproveitando a presença de ambos na Assembleia Geral das Nações Unidas.

A deslocação de Mário Soares, que será acompanhado por Medeiros Ferreira, é interpretada como uma importante prova de boa vontade do actual Governo português no que toca à aproximação com o Brasil, embora também possa ter a ver com a política de ambos os países quanto a Angola e Moçambique, com uma intensificação das relações comerciais e turísticas e até com a situação política interna portuguesa e brasileira.

Recorde-se, a propósito deste último tema, que algumas figuras políticas relevantes da Oposição brasileira têm passado por Lisboa nos últimos tempos. Entre elas: o economista Celso Furtado (este a convite de instituições bancárias portuguesas), o político Darcy Ribeiro (um dos melhores ideólogos de João Goulart) e o jornalista Fernando Gasparin (também ligado ao movimento socialista brasileiro). Terá havido contactos entre estes (e outros) brasileiros e políticos portugueses, designadamente do PS.

EM MARCHA O ESTATUTO DO GESTOR PÚBLICO

LISBOA, 1 — Já foi entregue ao secretário de Estado da Coordenação Económica, Oliveira Cruz, um projecto de estatutos dos gestores públicos, elaborado após reuniões havidas entre um grupo dos mais conhecidos gestores do país (entre eles, João Botelho, Júlio Neves, Francisco Veloso, Rui Vilar, João Salgueiro, Afonso Howell e Braulio Barbosa) e um jurista, Ataíde Ferreira, encarregado de elaborar o projecto.

RESTAURANTE «O LAGAR»

Apresentamos hoje, a partir das 20,30 horas, fados e guitarradas nas vozes de

EUGÉNIA MARIA MARIO PEDRO

acompanhados à guitarra por EURICO DE FREITAS e à viola por ORLANDO HENRIQUES

Reservas de mesas pelo telef. 31683

307

Regimento da Assembleia Regional TERMINOU A APRECIAÇÃO NA ESPECIALIDADE

Com excepção dos artigos que no decorrer das sessões plenárias haviam baixado à comissão redactora para revisão, terminou ontem a aprovação, na especialidade, do Regimento da Assembleia Regional.

Os deputados debruçaram-se sobre as secções referentes a interpelações e inquéritos, tendo sido discutidos e aprovados os diferentes parágrafos dos capítulos de disciplina a consulta de órgãos de soberania, a designação de titulares de cargos exteriores à Assembleia e o processo de urgência, como também as disposições finais relativas ao Regimento e aos serviços daquela órgão do poder local.

Em quase todas as votações registou-se unanimidade. Ao debater-se o artigo 217.^o o Partido Socialista propôs que o presente Regimento pudesse ser alterado pela Assembleia Regional, por iniciativa de um grupo parlamentar ou de um quinto dos deputados, contra um termo expresso no texto original. Outra proposta apresentada neste sentido viria a ser aprovada pelo que as alterações não viriam a ser superadas por 10 deputados com um prazo na redacção final de dois dias.

O último artigo (219.^o) do Regimento determina que os serviços da Assembleia Regional serão regulados por decretos regionais.

Esta sessão plenária demorou cerca de 60 minutos, tendo terminado — porque lá estava apreciado todo o documento — pouco antes das 10 horas, altura em que a pedido do PPD, deveriam ser suspensos os trabalhos parlamentares para possibilitar a preparação do acto de posse do novo Governo.

Por ter assumido a direcção da Secretaria dos Assuntos Sociais e Saúde, no I Governo Regional abandonou a Assembleia o deputado Nélio Mendonça, cujo assento passará a ser ocupado pelo socialista Democrata José Pedro Gomes.

SECCÃO IV ARTIGOS APROVADOS INTERPELAÇÕES

ARTIGO 188.^o (Reunião da Assembleia)

No caso do exercício de direito previsto na alínea c) do n.^o 1 do artigo 20.^o, o debate sobre política geral iniciar-se-á na primeira reunião plenária posterior ao período de 48 horas desde a publicação da interpelação no Diário.

ARTIGO 189.^o (Debate)

1. O debate será aberto com as intervenções de um ou mais representantes do grupo parlamentar interpelante e membros do Governo Regional por períodos não superiores a uma hora por cada parte.
2. O debate não poderá exceder 3 reuniões plenárias e nele terão o direito de intervir Deputados de todos os partidos, nos termos do n.^o 2 do artigo 178.^o.

SECCÃO V (Petições)

ARTIGO 190.^o (Formas)

1. O direito de petição previsto no artigo 49.^o da Constituição exerce perante a Assembleia Regional por meio de petições, representações, reclamações ou queixas dirigidas por escrito ao seu Presidente.
2. O autor ou os autores da petição deverão estar devidamente identificados, com indicação de nome e morada, podendo a comissão competente solicitar-lhes o fornecimento de elementos complementares de

identificação, tais como idade, estado civil e profissão.
3. Se a comissão competente da Assembleia achar conveniente ou necessário, o autor ou os autores da petição poderão ser por ela ouvidos.

ARTIGO 191.^o (Admissão)

1. A admissão das petições, bem como a sua classificação por assunto, compete ao Presidente da Comissão e poderá delegar num dos vice-presidentes.
2. Serão rejeitadas as petições cujo autor ou autores não se encontrem devidamente identificados nos termos do n.^o 2 do artigo anterior.

ARTIGO 192.^o (Seguimento)

1. As petições admitidas serão enviadas às comissões competentes em razão de matéria e serão mencionadas na primeira reunião plenária da Assembleia que se seguir.
2. As petições emendas fora do funcionamento efectivo da Assembleia só terão seguimento quando esta retomar o seu trabalho, salvo deliberação em contrário da comissão permanente.

ARTIGO 193.^o (Exame das comissões)

1. A comissão procederá ao exame da petição até ao prazo máximo de noventa dias após a ter recebido.
2. A comissão elaborará um relatório sucinto, dirigido ao Presidente, do qual poderão constar as sugestões de providências tidas por adequadas.

ARTIGO 194.^o (Envio ao Provedor da Justiça)

Se a comissão propuser que a petição seja submetida ao Provedor da Justiça para efeitos no disposto no artigo 24.^o da Constituição, o Presidente da Assembleia Regional deverá enviá-la com o respectivo relatório.

ARTIGO 195.^o (Publicação)

1. São publicadas na íntegra as petições:
a) Assinadas por mais de 500 cidadãos;
b) Que o Presidente ou as comissões entendam que devam ser publicadas
2. São igualmente publicadas os relatórios a que as comissões entenderem dar publicidade.

ARTIGO 196.^o (Comunicação ao autor ou aos autores de petição)

O Presidente da Assembleia Regional comunicará ao autor ou ao primeiro dos autores da petição o relatório da comissão e as diligências subsequentes que tenham sido adoptadas.

SECCÃO IV INQUÉRITOS

ARTIGO 197.^o (Objecto)

1. Os inquéritos da Assembleia Regional têm por objecto o cumprimento da Constituição do Estado Político-Administrativo da Região e das leis e a apreciação dos actos do Governo Regional e da Administração Regional.
2. Qualquer requerimento ou proposta tendente à realização de um inquérito deve indicar os seus fundamentos e delimitar o seu âmbito, sob pena de rejeição liminar pelo Presidente.

ARTIGO 198.^o (Iniciativa)

A iniciativa de inquéritos compete:
a) Aos grupos parlamentares e Partidos;
b) As comissões especializadas na Assembleia;
c) A dez Deputados, pelo menos;
d) Ao Presidente do Governo Regional.

ARTIGO 199.^o (Apreciação)

1. A Assembleia pronunciar-se-á sobre o requerimento ou a

ROCHA VIEIRA VISITOU A REGIÃO MILITAR DE LISBOA

LISBOA, 1. — No prosseguimento de uma série de visitas de trabalho que tem vindo a efectuar a diversas unidades militares e a aquartelamentos, o chefe do Estado-Maior do Exército, general Rocha Vieira, esteve ontem no Quartel-General da Região Militar de Lisboa, em S. Sebastião da Pedreira.

Depois de passar revista à guarnição, brigadeiro Stone, ao mesmo tempo que lhe era prestada guarda de honra por uma força do Regimento de Infantaria de Queluz, com bandeira, guilão e fanfara.

Após de passar revista à guarnição, brigadeiro Stone, ao mesmo tempo que lhe era prestada guarda de honra por uma força do Regimento de Infantaria de Queluz, com bandeira, guilão e fanfara.

LICEU NACIONAL DO FUNCHAL Cursos intensivos para alunos inscritos CURSO GERAL

PORTUGUÊS — horário a ser oportunamente divulgado.
FRANCÊS — horário a ser oportunamente divulgado.
INGLÊS — prof.^a Maria do Carmo Araújo
—Início: dia 6 de Outubro — 15 horas — 4 — Sala Nova 2 (2.^o andar).
C. NATURAIS — convocam-se todos os alunos inscritos para uma reunião 2.^a feira, dia 4 de Outubro, pelas 15 horas, na Sala 19.
F. QUIMICAS — 2.^o e 5.^o feiras: QUIMICA — prof.^a Margarida Andrade; 3.^o e 6.^o feiras: FISICA — prof.^a Luísa Jardim Fernandes.

te, brigadeiro Stone, ao mesmo tempo que lhe era prestada guarda de honra por uma força do Regimento de Infantaria de Queluz, com bandeira, guilão e fanfara.

Após de passar revista à guarnição, brigadeiro Stone, ao mesmo tempo que lhe era prestada guarda de honra por uma força do Regimento de Infantaria de Queluz, com bandeira, guilão e fanfara.

Junta cessante C. D. S.: P. P. D. dispõe de condições óptimas para governar

Deixando de exercer as suas funções de vogal para os assuntos de Planeamento e Finanças da Junta Regional, o eng. David Caldeira quis agradecer-nos a colaboração prestada.

NAU SEM RUMO CONVOCAÇÃO

Em conformidade com as disposições estatutárias desta colectividade, convoca-se a Assembleia Geral para uma reunião extraordinária que terá lugar na sede desta Nau, no dia 2 de Outubro próximo futuro, pelas 20.30 horas, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. — Colocações
2. — Informações Gerais.
Funchal, 28 de Setembro de 1976.
EXECUTIVO
a) Isabel Cordeiro V12

MÁRIO SOARES CONVOCA DIRIGENTES DO C. D. S.

LISBOA, 1. — Uma delegação de dirigentes do Partido do Centro Democrático Social, constituída pelos eng. Amaro da Costa, vice-presidente, e drs. Basílio Horta, secretário-geral, e Vitor Sá Machado, é recebida, ao fim da tarde, em S. Bento, pelo primeiro-ministro Mário Soares.

Ministro Sottomayor Cardia suspende Direcção-Geral da Educação Permanente

LISBOA, 1. — Por decisão do ministro da Educação e Investigação Científica foi provisoriamente suspensa ontem a Direcção Geral da Educação Permanente, através de um despacho, em que se considera que aquele departamento do M. E. I. C., criado em 1972, nunca dispôs de Lei Orgânica, refere ainda o documento do M. E. I. C. que...

Academia de Música e Belas Artes da Madeira SECCÃO DE MÚSICA

Informam-se os alunos matriculados nos Cursos de Música desta Academia no ano lectivo de 1976/1977 que a abertura das aulas terá início na próxima segunda-feira, dia 4 de Outubro, na sede da Academia de Música, sita na Quinta das Angústias (junto ao Parque de Santa Catarina).

ESCOLA PREPARATÓRIA DE GONÇALVES ZARCO

Informam-se os alunos da Escola Prép. de Gonçalves Zarco, (Antiga da Achada) que a Papelaria desta Escola está em funcionamento das 10 horas às 12 horas, para iniciarem a frequência de aulas e tomarem conhecimento da distribuição pelos respectivos professores.

EXCLUSIVO de O.S.L. TELF. 3094

Avião Novo

TELEF 23470
Prato do dia
HOJE
BACALHAU
ASSADO
NA CHAPA

RESTAURANTE CARAVELA

Tel. 28464
Prato do dia
HOJE
ESPARFUGUETTES
A BOLNHESES

HOJE

Peixe assado
A transmontana
e carnes frias
c/ salada russa

Grão Vasco

D A O
O VINHO MADURO
QUE COMPLETA UM
BOA REFEIÇÃO

HOJE
DANCE
com
MUSICA

YAKOBAND'S
Est. Monumental, 23
XSP

PUBLICIDADE SINDICATO DOS PROFESSORES

ZONA DA MADEIRA
CONVOCATÓRIA

Convocam-se todos os professores de Ensino Secundário e do Ciclo Preparatório, com habilitação própria ou não, para um Plenário do Auditório da Câmara de Previdência, no próximo dia 4 de Outubro, segunda-feira, pelas 15 horas, com a seguinte ordem de trabalhos:

Academia de Música e Belas Artes da Madeira SECCÃO DE MÚSICA

Informam-se os alunos matriculados nos Cursos de Música desta Academia no ano lectivo de 1976/1977 que a abertura das aulas terá início na próxima segunda-feira, dia 4 de Outubro, na sede da Academia de Música, sita na Quinta das Angústias (junto ao Parque de Santa Catarina).

ESCOLA PREPARATÓRIA DE GONÇALVES ZARCO

AVISO

Informam-se os alunos da Escola Prép. de Gonçalves Zarco, (Antiga da Achada) que a Papelaria desta Escola está em funcionamento das 10 horas às 12 horas, para iniciarem a frequência de aulas e tomarem conhecimento da distribuição pelos respectivos professores.

DOCUMENTO RASGADO

Tom Document

NUMERAÇÃO ILEGÍVEL

A/2
A/3
A/4
A/5
A/4
A/5
A/4
A/3
A/2

Cine Jarum **Cinema João Jardim**

AS 18 HORAS
OS ANJOS DA GUARDA

AS 20.45 HORAS:
Duas ESTRELAS
Acção Violência
NAMU O FILMO DA SELVA

O HOMEM COM RAIOS X
NOS OLHOS

AS 18.45, 17.30 e 21.15 H.
Um duplo extraordinário
ALFREDO LANDA
em
AS NOITES DO DELICADINHO
E
SEX PORNO

Às 13.45, 17.30 e 21.15 horas
**UM DUPLO EXTRAORDINÁRIO
AS NOITES DO DELICADINHO
E
SEX PORNO**

NAMU O FILMO DA SELVA

AS 20.45 HORAS:
Duas ESTRELAS
Acção Violência
NAMU O FILMO DA SELVA

O HOMEM COM RAIOS X
NOS OLHOS

Algas REVOLA

As dragagens de **ALGAS REVOLA** são um concentrado de «Fucus vesiculosus», a alga que assegura a elegância da silhueta. Esta alga marinha contém uma grande variedade de sais minerais e de oligoelementos, indispensáveis ao organismo humano.

As **ALGAS REVOLA** aumentam a vitalidade do organismo, ao mesmo tempo que combatem e evitam a obesidade.

U113
A vende nas **FARMACIA DO CHAFARIZ** e **FARMACIA DOS AMIGOS**.
SEMPRE MAIS SAUDE COM SARACIL

Este produto é susceptível de prejudicar a sua saúde

Despachamos
Cigarros **DUNHILL**,
Craven A-10 e **20 Cig.**
Já à venda. V14

AVISO AO PÚBLICO

Segundo parecer da Comissão de Classificação Etária de Espectáculos Cinematográficos, para efeito de aplicação do Dec.-Lei. 254/76 de 7/4.
ESTE FILME PODE SER CONSIDERADO PORNOGRÁFICO.

Rigorosamente interdito a menores de 18 anos
NOTA: Não expomos material publicitário deste filme. J46

AGÊNCIA FUNERÁRIA GARCÊS

Comunica ao Exmo. Público, que as suas oficinas, à Travessa do Freitas, 20 e 22, continuam a oferecer os seus serviços no sentido de manter a sua actividade, de modo a solucionar as solicitações que lhe forem dirigidas, agradecendo desde já as atenções que lhe possam sempre dispensar.

Chamadas a qualquer hora do dia e da noite, através do telefone n.º 21283. V28

DELEGADO DE PUBLICIDADE

Admite-se em regime de exclusividade.

Exige-se:
—RECONHECIDA IDONEIDADE
—DINAMISMO PESSOAL
—EXPERIENCIA ANTERIOR
—REFERENCIAS

Oferece-se:
—LUGAR ESTÁVEL
—REMUNERAÇÃO: ESC. 10.000

Os interessados deverão dirigir-se pessoalmente a este Diário, onde serão esclarecidos.

Guarda-se sigilo. V30

ARMAZÉM REGULADOR DO COMÉRCIO DE BANANA
Secção de Comercialização

Para os devidos efeitos, dá-se conhecimento que a Comissão de Preços fixou, para pagamento à Lavoura, na presente semana, pelas bananas de boa qualidade, o seguinte preço, homologado pela Junta Nacional das Frutas:

CACHOS COM QUALQUER PESO ... 9\$50/kg.

NOTA— Pedimos aos Senhores produtores e ao pessoal de corte, a máxima atenção para a qualidade da fruta que deverá ser convenientemente zelada a fim de não prejudicar o seu escoamento, face à abundância de fruta no mercado do Continente.

Funchal, 30 de Setembro de 1976. J43
A GERENCIA

EMPRESA DE ELECTRICIDADE DA MADEIRA
(Empresa Pública)

AVISO

Previnem-se os consumidores de energia eléctrica que a pedido da CIRCUNSCRIÇÃO DE TELECOMUNICAÇÕES DO FUNCHAL DOS CORREIOS E TELECOMUNICAÇÕES DE PORTUGAL a corrente será interrompida de 4 a 8 do corrente mês, das 9 às 11 e das 14 às 17 horas, nos locais abaixo indicados:

FUNCHAL: Estrada dos Marmeleros (entre a Estrada do Livramento e Miradouro).
Sítios: Corujeira de Fora e das Lajes — Imaculado Coração de Maria.

CAMACHA: Sítio Casais de Além.

MACHICO: Sítios: Serra de Axua; Piquinho; e Caramanchão.

Como eventualmente poderá ser restabelecida a corrente durante os períodos indicados, deverão considerar-se, PARA EFEITOS DE SEGURANÇA, como estando os condutores permanentemente em tensão.

Empresa de Electricidade da Madeira, 1 de Outubro de 1976.

O Director dos Serviços de Electricidade,
MARIO JARDIM FERNANDES
Enseñeiro V35

DOMINGO 3 OUTUBRO 1976

ACTUA NESTE BAR-DISCOTECA, A PARTIR DAS 21H00, O FAMOSO MÁGICO INTERNACIONAL

JEAN MICHEL MORELLYS

NAO PERCA A OPORTUNIDADE DE ASSISTIR A SENSACIONAIS NÚMEROS DE MACIA V34

ATENÇÃO SURDOS DO FUNCHAL

A Gerente
Eng.ª **ILDA CAPINHA**

A CASA SONOTONE, representada pelo seu técnico está na Pensão Astória das 8h às 19h, para fazer exames e demonstrações que são gratuitas e apresentar as últimas novidades em aparelhos auditivos. Oculos via aérea e ouca estes últimos são de encostar a cabeça sem fios nem pipetas. O que há de mais moderno para corrigir a surdez. Presta assistência técnica e faz trocas a todos os aparelhos de qualquer marca. Pede a vossa visita com um saúdo Obrigada.

DIA E HORA DA NOSSA ESTADIA

Dia 4 de Outubro de 1976 — 2.ª-Feira das 8 às 19 horas
Dia 5 de Outubro de 1976 — 3.ª-Feira das 8 às 19 horas
Dia 6 de Outubro de 1976 — 4.ª-Feira das 8 às 19 horas
Dia 7 de Outubro de 1976 — 5.ª-Feira das 8 às 19 horas
Dia 8 de Outubro de 1976 — 6.ª-Feira das 8 às 19 horas V2

AGRADECIMENTO E MISSA DO 30.º DIA

ANA DE JESUS PESTANA FOSQUINHA

A família da extinta, mui reconhecidamente agradece às pessoas que se dignaram acompanhar o funeral da sua saudosa parenta ou que de qualquer forma manifestaram o seu pesar. Pede desculpa de qualquer omissão que houvesse nos agradecimentos, por desconhecimento de moradas e ilegibilidade de assinaturas.

Participa que será celebrada missa em sufrágio da sua alma, amanhã, domingo, às 7 horas, na igreja paróquial c/ct São Roque, agradecendo antecipadamente às pessoas que se dignarem assistir a este piedoso acto.

Funchal, 2 de Outubro de 1976. J53

pequenos anúncios

BARCO VENDE-SE
Aqui se diz. U242

CASAS PRECISAM-SE
Eteimar — Empresa adjudicatária das Obras do Porto do Funchal, precisa de 2 casas ou apartamentos de preferência mobiliados.
Telefonar para 33032—Funchal. V1

CASA MOBILADA PRECISA-SE
1 ou 2 quartos, c/ banho, sala e cozinha. Centro do Funchal. Aqui se diz. U209

CASA — PRECISA-SE
tomar de aluguer, pequena, no Funchal ou arredores. Contactar telefone 67307. V25

CARAMUJOS
Frescos, todos os dias, excepto aos domingos. BAR NOVA ESPERANÇA, Calçada do Pico, n.º 30. J33

COZINHEIRO
c/ prática precisa-se para restaurante. Estando trabalhando guarda-se sigilo R. da Queimada de Baixo, 3. J50

CARRO — VOLKSWAGEN VENDE-SE
Telefon: 23 709. J41

CÃO
DESAPARECEU do sítio do Tanque, Corujeira de Baixo, Monte, um cão amarelo, com os olhos amarelos. Dá pelo nome de Lulu. Pede-se a pessoa que encontrou telefonar 23318. Boa gratificação. V29

CICLO PREPARATORIO
Dão-se aulas todas as disciplinas para exame. Tratar telefone 26794. V19

EMPREGADA DOMESTICA
PRECISA-SE. Telefonar para 20245. U229

EMPREGADA DOMESTICA
PRECISA-SE QUE SAIBA DE COZINHA. Telefone 30455. V13

EXPLICAÇÕES
Matemática e Física — Química. Curso geral (artigo 3.º, 4.º e 5.º). Professor com experiência telefone 26794. V15

ESTIMADA CLIENTELA
Ao largo dos Barreiros onde para autocarro, Caminho da Nazaré, n.º 2, servem-se espetadas, frango no churrasco, picados, galinhas de porco todos os dias das 18 h. até às 24 horas. J55

FRANCS
Dão-se explicações p/ o ciclo preparatório e curso geral do L.ceu. Tratar p/telefone: 29684. V5

FORD CORTINA PARTICULAR VENDE
ULTIMO MODELO em ótimo estado. pela melhor oferta. Telef. 33422. V33

ASSEMBLEIA REGIONAL

(Continuação da 6.ª página)

gões Autónomas previsto na alínea d) do n.º 2 do artigo 236.º da Constituição será designado pela Assembleia Regional na data fixada na lei.

ARTIGO 209.º
(Apresentação de candidaturas)

1. Podem apresentar candidaturas Deputados em número não inferior a 5 e não superior a 15

2. A apresentação será feita perante o Presidente e será acompanhada de declaração de aceitação do candidato.

ARTIGO 210.º
(Sistema eleitoral)

1. Será eleito o candidato que obtiver mais de metade dos votos válidamente expressos.

2. Se nenhum dos candidatos obtiver esse número de votos, proceder-se-á a segundo sufrágio, ao qual concorrerão apenas os dois candidatos mais votados cuja candidatura não tenha sido retirada.

CAPITULO VII
PROCESSO DE URGENCIA

ARTIGO 211.º
(Objecto)

Pode ser objecto de processo de urgencia qualquer projecto ou proposta de decreto regional ou de resolução.

ARTIGO 212.º
(Deliberação da urgencia)

1. A iniciativa da adopção de processo de urgencia compete a um rabinho de 5 Deputados ou ao Governo Regional.

2. A Assembleia deliberará após debate, em que terá o direito de intervir apenas um dos requerentes e um representante de cada partido por período não superior a um quarto de hora cada um, pela ordem inversa do quantitativo de Deputados do seu grupo parlamentar.

ARTIGO 213.º
(Faculdades da Assembleia)

A Assembleia poderá deliberar:

a) A redução ou a dispensa do prazo previsto no artigo 147.º

b) A dispensa do exame em comissão ou a redução do respectivo prazo;

c) A redução do número de intervenções e da duração do uso da palavra dos Deputados e do Governo Regional;

d) A dispensa de envio à comissão para redacção final ou a redução do respectivo prazo.

ARTIGO 214.º
(Regra supletiva)

Se a Assembleia nada determinar, o processo de urgencia terá a tramitação seguinte:

a) O prazo para «exame em comissão» será de 5 dias;

b) Na discussão na generalidade os representantes de cada grupo parlamentar e do Governo poderão usar da palavra por período não superior a uma obra cada um e os representantes de cada parti-

do não constituído em grupo por período não superior a meia hora;

c) As propostas de alteração devem ser apresentadas até ao início da discussão na especialidade;

d) Não haverá discussão na especialidade sobre os artigos quanto aos quais não tenha havido propostas de alteração;

e) Na discussão na especialidade de cada Deputado só poderá usar da palavra uma vez, excepto o autor ou um dos autores da proposta de alteração, e o tempo de duração da palavra será reduzido a metade;

f) O prazo para redacção final será de dois dias.

TITULO V
DISPOSIÇÕES FINAIS

CAPITULO I
DISPOSIÇÕES RELATIVAS AO REGIMENTO

ARTIGO 215.º
(Redacção final, publicação e entrada em vigor)

1. A comissão encarregada da elaboração do projecto de Regimento procederá à redacção final do texto, nos termos do artigo 158.º

2. O regimento entrará em vigor no dia seguinte ao da sua aprovação.

ARTIGO 216.º
(Interpretação de lacunas)

1. Compete à Mesa, com recurso para o Plenário interpretar o presente Regimento e integrar as lacunas.

2. A comissão do Regimento será ouvida sempre que a Mesa o julgar necessário.

ARTIGO 217.º
(Alterações)

1. O presente Regimento poderá ser alterado pela Assembleia Regional, por iniciativa de, pelo menos, 10 dos Deputados.

2. As propostas de alteração deverão observar as regras do n.º 2 do artigo 129.º e dos artigos 134.º e seguintes.

3. Admitida qualquer proposta de alteração, o Presidente enviará o seu texto para apreciação à comissão de Regimento.

4. Recebido o parecer, o Presidente marcará a discussão da proposta de alteração para reunião a realizar dentro dos 20 dias subsequentes.

5. As alterações do Regimento devem ser aprovadas por maioria absoluta dos Deputados presentes.

6. O Regimento, com as alterações escritas no lugar próprio, será objecto de nova publicação.

CAPITULO II
SERVIÇOS DA ASSEMBLEIA

ARTIGO 218.º
(Remissão)

Os serviços da Assembleia Regional serão regulados por decreto regional.

MINI- VENDE- SE
Dom estado de conservação. Tratar pelo telefone 21640 das 14 horas às 15. V20

PREDIO — VENDE-SE
situado na Rua das Dificuldades esquina da Rua do Pombal, tem lojas próprias para comércio. Tratar telefone 32104, c/ serv. nal. V21

PRECISA-SE
Frequente loja até 30m2, em r/c, no centro da cidade ou proximidades. Aqui se diz. V17

PRECISA-SE
QUARTO OU APARTAMENTO PARA 2 RAPAZES. Aqui se diz. V11

QUARTO PRECISA-SE
Senhora só, empregada na área do Funchal. Contactar telef. 32468 a partir das 19h, 15m. V3

QUARTO — ALUGA-SE
MOBILADO PARA DOIS RAPAZES. Aqui se diz. J39

TERRENO
Precisa-se arrendar 2 hectares de terra no nível do mar entre Santa Cruz e Câmara de Lobos, para cultivo de faveas. Resposta a este diário às iniciais L.S. V23

VENDE-SE
Toyota único na Madeira c/extra. Tratar na Rua Quinta D.º, n.º 33. V16

VENDE-SE
Casa c/ 5 quartos, casa de banho, cozinha e duas lojas, entrada para carro, e terreno c/ 0.500 metros, e estábuo aprovado para construção ou fins industriais, água de repa de propriedade, não se atende intermediários. Trata-se pelo telefone 29588, ou aqui se diz. U248

VENDE-SE
Estabelecimento servindo para qualquer ramo de negócio. Preço 70 000\$00. Trata-se pelo telefone n.º 20768. J56

V A C A S
Vendem-se vacas ou novilhas raça pura. Tratar telefone 33538. V22

Sindicato dos Profissionais na Indústria Hoteleira e Similares do Distrito do Funchal

Início das aulas de Instrução Primária

Para conhecimento dos interessados, torna-se público que terão início no dia 11 de Outubro próximo, as aulas da escola de instrução primária que funciona neste Sindicato.

Funchal, 30 de Setembro de 1976.

A DIRECÇÃO U251

DOCUMENTO RASGADO
Torn Document

A/2
A/3
A/4
A/5
A/5
A/4
A/3
A/2



Têm financiamento assegurado os projectos imperativos para 1977

LISBOA, 1. — Uma das medidas de planeamento que o Governo de Mário Soares se comprometeu a apresentar até ao fim do corrente ano, encontra-se neste momento a ser tratado a nível do Departamento Central de Planeamento, organismo a quem cabe a principal responsabilidade na elaboração do Plano.

Este Departamento, do qual Aurora Murteira é directora está a compilar o chamado Programa do Sector Empresarial do Estado (P.I.E.E.) para 1977 e o Plano de Investimentos para a Administração Pública (P.I.A.P.), ambos para serem incluídos no Plano anual para 1977, cujo projecto de orçamento e o Orçamento Geral do Estado, deverá, segundo compromisso expresso no programa do Governo, estar elaborado até ao próximo dia 15 de Novembro, um mês antes desta data (ou seja dentro de 15 dias), para o Governo que definir o projecto das estruturas de elaboração e execução do Plano.

Entretanto, relativamente ao Plano para 1977, sabe-se que este terá pela primeira vez projectos imperativos (portanto obrigatórios) para o sector empresarial do Estado (empresas públicas e privadas participadas pelo Estado em mais de 20 por cento do seu capital social).

Os projectos de investimento do sector empresarial do Estado que venham a ser aprovados para 1977, terão financiamento assegurado; pretende-se deste modo, que os projectos considerados prioritários pelo Governo, não sofram das habituais demoras na concessão de financiamentos que provocam enormes atrasos na sua execução.

Que tipo de projectos virão a ser aprovados? É a esta pergunta que o D.C.P. em colaboração com os Gabinetes de Planeamento Sectorial procura neste momento dar resposta, tendo enviado um inquérito para as empresas, o qual servirá de base na definição dos projectos escolhidos.

No entanto, o relativo sucesso da experiência havida com a elaboração do Programa de Investimentos para o Sector Público Empresarial para 1974 (ver Expresso de 27 de Agosto), está em vias de se repetir relativamente ao P.I.E.E. para 1977.

De facto, não só o D.C.P. enviou tarde o inquérito, como as respostas, ainda não começaram a chegar ao ritmo desejado, para além da já comprovada incoerência das empresas em responder a um inquérito que exija um mínimo de dados contabilísticos; e assim, estes elementos cuja recolha estava prevista ser feita até 30 de Setembro, para depois serem objecto de uma análise feita por um grupo de trabalho de 6 elementos que incidia sobre os problemas financeiros da indústria dos projectos no P.I.E.E. 1977, deverão atrasar todo o programa do Governo em relação ao Plano.

Os projectos de investimento de execução obrigatória e com financiamento assegurado deverão obedecer aos seguintes requisitos: — serem consentâneos com os objectivos apresentados pelo programa do Governo;

— serem uma rentabilidade mínima; — estarem integrados nos objectivos da política sectorial.

Com a inclusão destes projectos no Plano para 1977, ficará concluída uma das tarefas que o Governo se comprometeu a resolver até ao fim de Novembro: a elaboração do plano de investimento a adoptar para o plano de médio prazo 1977-1980, o qual deverá ser apresentado até 15 de Maio do próximo ano.

— serem uma rentabilidade mínima; — estarem integrados nos objectivos da política sectorial. Com a inclusão destes projectos no Plano para 1977, ficará concluída uma das tarefas que o Governo se comprometeu a resolver até ao fim de Novembro: a elaboração do plano de investimento a adoptar para o plano de médio prazo 1977-1980, o qual deverá ser apresentado até 15 de Maio do próximo ano.

— serem uma rentabilidade mínima; — estarem integrados nos objectivos da política sectorial. Com a inclusão destes projectos no Plano para 1977, ficará concluída uma das tarefas que o Governo se comprometeu a resolver até ao fim de Novembro: a elaboração do plano de investimento a adoptar para o plano de médio prazo 1977-1980, o qual deverá ser apresentado até 15 de Maio do próximo ano.

— serem uma rentabilidade mínima; — estarem integrados nos objectivos da política sectorial. Com a inclusão destes projectos no Plano para 1977, ficará concluída uma das tarefas que o Governo se comprometeu a resolver até ao fim de Novembro: a elaboração do plano de investimento a adoptar para o plano de médio prazo 1977-1980, o qual deverá ser apresentado até 15 de Maio do próximo ano.

GUERRILHEIROS RODESIANOS REJEITAM PLANO DE KISSINGER

GABORONE, 1. — Ted Rowlands, subsecretário de Estado britânico dos Negócios Estrangeiros, partirá hoje, de avião, para Maputo, onde vai travar conversações com o presidente Samora Machel e o comandante de guerrilheiros rodesiano Robert Mugabe, figuras de destaque em qualquer acordo sobre a Rodésia.



A ESTREIA DO GRUPO FOLCLÓRICO SHERATON

O Grupo Folclórico «Sheraton» fez antontem à noite a sua estreia. Actuou no salão FAROL e fez-se aplaudir calorosamente.

Na interpretação de diversos números do folclore regional o grupo bailou com alegria e com ritmo enquanto a voz bonita de Lúcia era complemento valioso de uma actuação que foi êxito.

Antes, ao fazer a apresentação do grupo «Sheraton» João Carlos Abreu referiu-se ao significado da constituição de um conjunto folclórico formado por trabalhadores do próprio hotel, salientando que os homens não devem actuar como meros espectadores numa sociedade industrial e tecnológica agindo antes como elementos de intervenção actuante e consciente.

Ao exibir-se pela segunda vez, o Grupo Sheraton reeditou o sucesso anterior e conseguiu a participação dos presentes em fim-de-festa animado.

Mais tarde, na sala de jogos do hotel com a presença de directores do «Sheraton» e de representantes da imprensa diária local e ainda dos 20 componentes do

comandante de guerrilheiros rodesiano Robert Mugabe, figuras de destaque em qualquer acordo sobre a Rodésia.

A visita a Maputo é a continuação dos preparativos de Rowlands para uma conferência de imprensa, diz: «Rejeitamos totalmente e na sua globalidade o traço esquemático de Kissinger, que visa sabotar a luta do Zimbábue e, simultaneamente, preservar os interesses ocidentais no Zimbábue. Estamos firmemente decididos a combater as propostas de Kissinger até ao fim. Estamos firmemente decididos a travar uma luta armada resoluta até à vitória final.»

Mais adiante, o documento sublinha três pontos fundamentais: a) Rejeitamos o prazo de transição para o governo maioritário dentro de dois anos. O que exigimos é a entrega incondicional do poder político ao povo zimbábue. b) Rejeitamos totalmente o mecanismo da transferência do Poder para o novo do Zimbábue que envolve a participação de qualquer regime reaccionário racista e fascista.

Da declaração feita, a propósito, por um porta-voz oficial rodesiano, parece, contudo, que a anuência se refere exclusivamente aos aspectos imediatos do problema e não sobre o próprio destino constitucional do território.

O documento analisa para a continuação da luta armada até à vitória final e rejeita, igualmente, o período de transição de dois anos e as negociações da transferência do Poder exigidas pelo Plano Kissinger.

Usaram ainda da palavra um elemento do Grupo que agradeceu as referências feitas e dois jornalistas que sustentaram o significado da constituição do conjunto folclórico como forma de emancipação dos trabalhadores no seu verdadeiro significado.

Usaram ainda da palavra um elemento do Grupo que agradeceu as referências feitas e dois jornalistas que sustentaram o significado da constituição do conjunto folclórico como forma de emancipação dos trabalhadores no seu verdadeiro significado.

Usaram ainda da palavra um elemento do Grupo que agradeceu as referências feitas e dois jornalistas que sustentaram o significado da constituição do conjunto folclórico como forma de emancipação dos trabalhadores no seu verdadeiro significado.

Usaram ainda da palavra um elemento do Grupo que agradeceu as referências feitas e dois jornalistas que sustentaram o significado da constituição do conjunto folclórico como forma de emancipação dos trabalhadores no seu verdadeiro significado.

Usaram ainda da palavra um elemento do Grupo que agradeceu as referências feitas e dois jornalistas que sustentaram o significado da constituição do conjunto folclórico como forma de emancipação dos trabalhadores no seu verdadeiro significado.

Usaram ainda da palavra um elemento do Grupo que agradeceu as referências feitas e dois jornalistas que sustentaram o significado da constituição do conjunto folclórico como forma de emancipação dos trabalhadores no seu verdadeiro significado.

Usaram ainda da palavra um elemento do Grupo que agradeceu as referências feitas e dois jornalistas que sustentaram o significado da constituição do conjunto folclórico como forma de emancipação dos trabalhadores no seu verdadeiro significado.

Usaram ainda da palavra um elemento do Grupo que agradeceu as referências feitas e dois jornalistas que sustentaram o significado da constituição do conjunto folclórico como forma de emancipação dos trabalhadores no seu verdadeiro significado.

Usaram ainda da palavra um elemento do Grupo que agradeceu as referências feitas e dois jornalistas que sustentaram o significado da constituição do conjunto folclórico como forma de emancipação dos trabalhadores no seu verdadeiro significado.

Usaram ainda da palavra um elemento do Grupo que agradeceu as referências feitas e dois jornalistas que sustentaram o significado da constituição do conjunto folclórico como forma de emancipação dos trabalhadores no seu verdadeiro significado.

Usaram ainda da palavra um elemento do Grupo que agradeceu as referências feitas e dois jornalistas que sustentaram o significado da constituição do conjunto folclórico como forma de emancipação dos trabalhadores no seu verdadeiro significado.

Usaram ainda da palavra um elemento do Grupo que agradeceu as referências feitas e dois jornalistas que sustentaram o significado da constituição do conjunto folclórico como forma de emancipação dos trabalhadores no seu verdadeiro significado.

Usaram ainda da palavra um elemento do Grupo que agradeceu as referências feitas e dois jornalistas que sustentaram o significado da constituição do conjunto folclórico como forma de emancipação dos trabalhadores no seu verdadeiro significado.

Usaram ainda da palavra um elemento do Grupo que agradeceu as referências feitas e dois jornalistas que sustentaram o significado da constituição do conjunto folclórico como forma de emancipação dos trabalhadores no seu verdadeiro significado.

Usaram ainda da palavra um elemento do Grupo que agradeceu as referências feitas e dois jornalistas que sustentaram o significado da constituição do conjunto folclórico como forma de emancipação dos trabalhadores no seu verdadeiro significado.

Usaram ainda da palavra um elemento do Grupo que agradeceu as referências feitas e dois jornalistas que sustentaram o significado da constituição do conjunto folclórico como forma de emancipação dos trabalhadores no seu verdadeiro significado.

Usaram ainda da palavra um elemento do Grupo que agradeceu as referências feitas e dois jornalistas que sustentaram o significado da constituição do conjunto folclórico como forma de emancipação dos trabalhadores no seu verdadeiro significado.

Usaram ainda da palavra um elemento do Grupo que agradeceu as referências feitas e dois jornalistas que sustentaram o significado da constituição do conjunto folclórico como forma de emancipação dos trabalhadores no seu verdadeiro significado.

Usaram ainda da palavra um elemento do Grupo que agradeceu as referências feitas e dois jornalistas que sustentaram o significado da constituição do conjunto folclórico como forma de emancipação dos trabalhadores no seu verdadeiro significado.

Usaram ainda da palavra um elemento do Grupo que agradeceu as referências feitas e dois jornalistas que sustentaram o significado da constituição do conjunto folclórico como forma de emancipação dos trabalhadores no seu verdadeiro significado.

Usaram ainda da palavra um elemento do Grupo que agradeceu as referências feitas e dois jornalistas que sustentaram o significado da constituição do conjunto folclórico como forma de emancipação dos trabalhadores no seu verdadeiro significado.

Usaram ainda da palavra um elemento do Grupo que agradeceu as referências feitas e dois jornalistas que sustentaram o significado da constituição do conjunto folclórico como forma de emancipação dos trabalhadores no seu verdadeiro significado.

Usaram ainda da palavra um elemento do Grupo que agradeceu as referências feitas e dois jornalistas que sustentaram o significado da constituição do conjunto folclórico como forma de emancipação dos trabalhadores no seu verdadeiro significado.

Usaram ainda da palavra um elemento do Grupo que agradeceu as referências feitas e dois jornalistas que sustentaram o significado da constituição do conjunto folclórico como forma de emancipação dos trabalhadores no seu verdadeiro significado.

Usaram ainda da palavra um elemento do Grupo que agradeceu as referências feitas e dois jornalistas que sustentaram o significado da constituição do conjunto folclórico como forma de emancipação dos trabalhadores no seu verdadeiro significado.

C PLENÁRIO DE UNIDADE POPULAR

A Comissão Distrital de Unidade Popular divulgou ontem um comunicado no qual se refere à actividade dos GDUPs e à realização recente do 1.º Plenário do Distrito do Funchal. E assinam: «Correspondendo a uma fase de arraque dos GDUPs e para uma melhor organização face à luta imediata do movimento popular realizou-se no passado dia 25 de Setembro o 1.º Plenário do Distrito do Funchal.

Tomaram parte nos trabalhos delegados do GDUPs do sector do comércio, operariado e trabalhadores de serviços. Foram analisadas algumas teses com vista ao Congresso Nacional de Unidade Popular que ocorrerá em Lisboa durante o mês de Outubro.

A situação da Reforma Agrária na Madeira, momento e problema da colónia, e a experiência do Povo de Machico na gestão da Câmara Municipal através das suas Comissões de Trabalho, e a tese sobre a situação das mulheres e das operárias de fábricas, foram os temas mais em foco e constituíram juntamente com uma análise sobre as próximas eleições para as autarquias locais e a demora da Frente Eleitoral «Povo Unido», a 1.ª parte da Ordem de Trabalhos.

Os representantes de Machico denunciaram a manobra divista e a falta do partido que se escondeu atrás da cara da Frente Eleitoral «Povo Unido» que teve o desvario de procurar roubar ao Povo de Machico um nome que ele forjou na sua luta e que hoje em dia se identifica não só com a Cooperativa de Consumo Povo Unido como também com a unidade que o Povo de Machico conseguiu.

Para terminar: Na 2.ª parte do Plenário foi eleita a Comissão Distrital de Unidade Popular que substituirá a Província formada aquando das eleições presidenciais.

Na Comissão Distrital foram para elementos que se identificam profundamente com o trabalho de mobilização popular. Alguns nomes em breve serão tornados públicos.

Para terminar: Na 2.ª parte do Plenário foi eleita a Comissão Distrital de Unidade Popular que substituirá a Província formada aquando das eleições presidenciais.

Na Comissão Distrital foram para elementos que se identificam profundamente com o trabalho de mobilização popular. Alguns nomes em breve serão tornados públicos.

Na Comissão Distrital foram para elementos que se identificam profundamente com o trabalho de mobilização popular. Alguns nomes em breve serão tornados públicos.

Na Comissão Distrital foram para elementos que se identificam profundamente com o trabalho de mobilização popular. Alguns nomes em breve serão tornados públicos.

Na Comissão Distrital foram para elementos que se identificam profundamente com o trabalho de mobilização popular. Alguns nomes em breve serão tornados públicos.

Na Comissão Distrital foram para elementos que se identificam profundamente com o trabalho de mobilização popular. Alguns nomes em breve serão tornados públicos.

Na Comissão Distrital foram para elementos que se identificam profundamente com o trabalho de mobilização popular. Alguns nomes em breve serão tornados públicos.

Na Comissão Distrital foram para elementos que se identificam profundamente com o trabalho de mobilização popular. Alguns nomes em breve serão tornados públicos.

Na Comissão Distrital foram para elementos que se identificam profundamente com o trabalho de mobilização popular. Alguns nomes em breve serão tornados públicos.

Na Comissão Distrital foram para elementos que se identificam profundamente com o trabalho de mobilização popular. Alguns nomes em breve serão tornados públicos.

Na Comissão Distrital foram para elementos que se identificam profundamente com o trabalho de mobilização popular. Alguns nomes em breve serão tornados públicos.

Na Comissão Distrital foram para elementos que se identificam profundamente com o trabalho de mobilização popular. Alguns nomes em breve serão tornados públicos.

Na Comissão Distrital foram para elementos que se identificam profundamente com o trabalho de mobilização popular. Alguns nomes em breve serão tornados públicos.

Na Comissão Distrital foram para elementos que se identificam profundamente com o trabalho de mobilização popular. Alguns nomes em breve serão tornados públicos.

Na Comissão Distrital foram para elementos que se identificam profundamente com o trabalho de mobilização popular. Alguns nomes em breve serão tornados públicos.

Na Comissão Distrital foram para elementos que se identificam profundamente com o trabalho de mobilização popular. Alguns nomes em breve serão tornados públicos.

Na Comissão Distrital foram para elementos que se identificam profundamente com o trabalho de mobilização popular. Alguns nomes em breve serão tornados públicos.

Na Comissão Distrital foram para elementos que se identificam profundamente com o trabalho de mobilização popular. Alguns nomes em breve serão tornados públicos.

Na Comissão Distrital foram para elementos que se identificam profundamente com o trabalho de mobilização popular. Alguns nomes em breve serão tornados públicos.

Na Comissão Distrital foram para elementos que se identificam profundamente com o trabalho de mobilização popular. Alguns nomes em breve serão tornados públicos.

Na Comissão Distrital foram para elementos que se identificam profundamente com o trabalho de mobilização popular. Alguns nomes em breve serão tornados públicos.

Na Comissão Distrital foram para elementos que se identificam profundamente com o trabalho de mobilização popular. Alguns nomes em breve serão tornados públicos.

Na Comissão Distrital foram para elementos que se identificam profundamente com o trabalho de mobilização popular. Alguns nomes em breve serão tornados públicos.

SOLDADOS ESCUTAM SMITH



SALISBURY — Soldados africanos de uma unidade de infantaria escutam aqui, frente a um aparelho de TV, as palavras do Primeiro Ministro Ian Smith, num discurso que abriu novos caminhos para o futuro da Rodésia.

DOCUMENTO RASGADO Torn Document

TINTA DESCOLORIDA

DOCUMENTO RASGADO Torn Document

TINTA DESCOLORIDA

DOCUMENTO RASGADO Torn Document

TINTA DESCOLORIDA

DOCUMENTO RASGADO Torn Document

TINTA DESCOLORIDA

DOCUMENTO RASGADO Torn Document

TINTA DESCOLORIDA